

Cristiana Abreu Nunes

Coimbra Brasileira

Proposta para um Itinerário

Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, especialidade de Turismo Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Dias.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Pedro Dias, orientador desta dissertação, que tão prontamente respondeu às solicitações e dúvidas que durante este trabalho me foram ocorrendo. Que sempre teve uma palavra de incentivo perante os anseios que me surgiam. Que na verdadeira acepção da palavra, orientou.

A todos os Professores deste curso de Mestrado, que me transmitiram ensinamentos que ficarão para o resto dos meus dias, que me mostraram que a minha escolha pela História da Arte, pelo Património e pelo Turismo Cultural, foi a mais acertada que eu poderia ter feito em anos e anos, durante os quais me havia sentido perdida.

À Universidade de Coimbra, pela possibilidade que me deu de frequentar este curso, com o qual muito aprendi e academicamente cresci. Instituição que me orgulho incomensuravelmente de fazer parte.

Aos meus avós, que estão longe, no Brasil, e de quem tantas vezes me lembrei com saudade no decurso deste estudo.

Finalmente, aos meus pais, as pessoas mais importantes da minha vida. Obrigada, mãe. Obrigada, pai.

RESUMO

Nesta dissertação, orientada para o turismo brasileiro em Coimbra, tentamos fazer referência a alguns dos mais importantes vultos luso-brasileiros que ligam o país irmão à cidade portuguesa do conhecimento. Assim, passamos pela história, essencialmente profissional, de personalidades que vão desde Frei Henrique de Coimbra a Bernardino Machado. Descrevendo os edifícios da Universidade que foram alvo da Reforma Pombalina, explicando a Capela dos Estudantes da Baía no Colégio de São José dos Marianos, passando pela tão importante Inconfidência Mineira, e terminando com informação sobre a Inquisição em Coimbra, entre outros temas abordados.

Palavras-Chave

Coimbra. Brasil. Estudantes brasileiros. Cultura Portuguesa. Fluxos migratórios. Independência do Brasil. Ciência. Tecnologia. Viagens de exploração. Diplomacia. Literatura Luso-Brasileira. Património Edificado. Instrumentos científicos. Antropologia brasileira.

ABSTRACT

In this dissertation, guided by Brazilian tourism in Coimbra, we try to make reference to some of the most important luso-brazilian figures linking Brazil to the Portuguese city of knowledge. So, we go through the professional story of personalities ranging from Friar Henrique de Coimbra to Bernardino Machado. Describing the University buildings that were the target of the Pombaline Reform, explaining the Bahia Students Chapel in the College of São José dos Marianos, passing through the important Minas Conspiracy, and ending with brief information about the Inquisition in Coimbra, among others.

Key Words

Coimbra. Brazil. Brazilian Students. Portuguese Culture. Migratory flows. Independence of Brazil. Science. Technology. Exploration Trips. Diplomacy. Luso-Brazilian Literature. Built Heritage. Scientific instruments. Brazilian anthropology.

A ESCOLHA DO TEMA

O trabalho que apresentamos insere-se no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Depois da parte lectiva, foi necessário escolher um tema adequado e, dada a circunstância de estarmos a trabalhar num projecto de criação de conteúdos culturais para a TC – Turismo de Coimbra, Empresa Municipal, pareceu-nos do maior interesse criar um instrumento que pudesse fixar um segmento importante de turistas, de entre os mais numerosos que procuram a cidade. Olhando para as estatísticas, percebe-se claramente que os brasileiros têm vindo a assumir um papel cada vez mais relevante, o que corresponde naturalmente à significativa melhoria da Economia do Brasil, mas também por outros motivos, um dos quais é o prestígio da sua Universidade, onde se formou a elite do Brasil, desde o século XVI até ao século XIX. Algumas das mais ilustres personagens da História do país irmão passaram pelos bancos da nossa Universidade, e as classes cultas brasileiras têm disso clara consciência. Muitas das famílias tradicionais sempre evocam um ou mais antepassados que aqui tiraram os seus cursos e que, no regresso, tiveram carreiras públicas de sucesso. A frequência de Coimbra é um factor tido como de enobrecimento desses estratos da população de origem portuguesa.

Por outro lado, o prestígio, plenamente justificado da Universidade, pelos homens e mulheres que passaram pelos seus

bancos, como estudantes, pelos seus mestres e pelo seu património artístico, são um dado adquirido por essas mesmas pessoas que, apesar de serem uma faixa minoritária, correspondem a alguns milhões de cidadãos, num país onde a população atinge os 194 000 000.

Mas há outros factores a ter em conta. Hoje em dia, o *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*, GCUB, constituído em Novembro de 2008, reúne as instituições de maior prestígio do país irmão. “*O GCUB é composto por universidades nacionais – federais, estaduais, confessionais e comunitárias – que reconhecem a instituição conimbricense como Alma Mater*” – refere o site do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Tem como objectivo fomentar os mais variados intercâmbios, de alunos e professores, de conhecimentos, promover o reconhecimento das graduações entre as instituições agregadas, favorecer a cooperação e a internacionalização das respectivas Universidades, entre outros fins. Através da Universidade de Coimbra, o GCUB faz entrar as Universidades Brasileiras no circuito, com todas as vantagens que daí advêm, das mais antigas e prestigiadas instituições de ensino europeias – o *Coimbra Group*, fundado em 1985 e formalmente constituído em 1987, com os mesmos objectivos de troca cultural e favorecimento da cooperação no ensino, mas desta feita entre as Universidades do Velho Continente. Isto é acompanhado por um número cada vez maior de alunos que frequentam os nossos cursos de graduação e pós-graduação, nas mais diversas áreas.

Algumas empresas portuguesas granjearam prestígio e dimensão no Brasil, em áreas de ponta como as telecomunicações, a exploração petrolífera, a arquitectura e a engenharia, a construção de infra-

estruturas ou, entre níveis mais populares, da distribuição comercial e venda de retalho em grandes superfícies. A imagem do imigrante atrasado, que era típica do fim do século XIX e de boa parte do século XX, alterou-se profundamente nos últimos anos, para o que contribuiu também a integração de Portugal na União Europeia e na Zona Euro.

Não é despendendo o facto destes turistas terem, em geral, um bom poder aquisitivo, superando normalmente muitos dos nossos mercados tradicionais. Se nos reportarmos ao ano de 2010, e tendo por referências, por exemplo, a Universidade, Santa Clara-a-Velha e o Museu de Ciência, o maior número de visitantes foi sempre de portugueses, o segundo de brasileiros, na Universidade, e espanhóis em terceiro lugar, situação que se inverte em Santa Clara e no Museu de Ciência. De qualquer modo, os turistas brasileiros representam hoje para a cidade muito mais do que os de outros países europeus que, ainda não há muito, tinham primazia, como franceses, italianos, alemães e britânicos. Nas duas unidades hoteleiras mais prestigiadas da cidade, por exemplo, os brasileiros estão em segundo e terceiro lugar, durante todo o ano, sendo que no mais que tradicional hotel da Quinta das Lágrimas, estão imediatamente atrás dos portugueses. Curiosamente, são também os turistas vindos do Brasil os que mais aderem ao pedido de colaboração da TC – Turismo de Coimbra, E.M., no preenchimento de inquéritos, um número só comparável aos portugueses, e três vezes acima de alemães e espanhóis, o que mostra um particular interesse pela cidade e uma atitude de responsabilidade na sua actividade lúdica e cultural.

Temos a certeza de que a quantidade de elementos intimamente relacionados com o Brasil existentes na cidade, se forem bem

divulgados, propiciarão uma permanência mais alargada do que aquela que é habitual, com os benefícios económicos inerentes e, obviamente, os não menos importantes benefícios culturais.

Assim, e na sequência das directivas já estabelecidas de investir neste público-alvo, por parte da administração da TC – Turismo de Coimbra, E.M., decidimos elaborar esta dissertação de Mestrado que tem como objectivo a criação de um roteiro para turistas brasileiros, através do qual possam contactar com locais onde estiveram alguns dos seus principais intelectuais e políticos, bem como obras de arquitectura, e particularmente institutos universitários construídos sob a responsabilidade de brasileiros. Além de tudo isto, há memórias materiais de vulto, nomeadamente no Museu Antropológico, que convém disponibilizar para visitas a esta faixa importante de turistas.

Começaremos por lembrar que a primeira missa no Brasil, quando do achamento oficial da Terra de Vera Cruz por Pedro Álvares Cabral e pelos homens da sua armada, foi celebrada por Frei Henrique de Coimbra. Pouco se sabe da vida deste franciscano, a não ser que foi também bispo titular de Ceuta. Em nossa opinião, e é esta uma proposta que fica aqui feita, de imediato, é que deveria ser criado um monumento ou um memorial, na cidade, em honra deste religioso, recriando essa primeira missa, para o que devia a Câmara Municipal tomar em suas mãos esta acção, e lançar um concurso de ideias entre artistas nacionais e estrangeiros.

O padre António Vieira pregou em Coimbra, possivelmente de um dos púlpitos da actual Sé Nova, então a igreja privativa da Companhia de Jesus, da qual era na altura um dos membros mais destacados. Apesar

disto, e do valimento que teve na Corte, também esteve preso, depois de 1659, nos cárceres do Santo Ofício, no edifício onde hoje está instalado o Centro de Artes Visuais, CAV, no chamado Pátio da Inquisição.

Existe em Coimbra, na igreja do Colégio de São José dos Marianos, uma capela lateral, com o respectivo letreiro, fundada no século XVIII, dos estudantes da Baía, uma irmandade que agregava escolares brasileiros que então estudavam na nossa Universidade.

A Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, idealizada pelo Marquês de Pombal e iniciada em 1772, teve em Coimbra como seu promotor, o reitor e reformador, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, também bispo da Diocese de Coimbra. Nasceu em Marapicu, termo do Rio de Janeiro, em 1735, e faleceu em Coimbra, em 1822. A ele ficam-se iam a dever obras tão importantes como o Museu de História Natural, o Laboratório Químico, o Jardim Botânico, a Via Latina e as salas do Paço Reitoral da Universidade, entre outras, além da transferência da Sé para a antiga igreja privativa do Colégio da Companhia de Jesus. A visita a estes locais será um dos principais motivos de interesse deste itinerário.

Outro ponto alto é o espólio de arte indígena brasileira, recolhida durante a grande expedição à Amazônia de Alexandre Ferreira, entre 1783 e 1792, que fez o percurso desde Belém do Pará até ao Mato Grosso do Sul, e que foi preparada em Coimbra por Domenico Vandelli, que era também professor da Universidade. Foi uma das maiores, se não mesmo a maior expedição terrestre de sempre. Este espólio foi enviado

para a Universidade de Coimbra em 1806, onde se conserva no Museu Antropológico, situado no Colégio de São Bento.

José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi ministro do reino e ministro dos Negócios Estrangeiros do imperador D. Pedro I, estudou e formou-se em Coimbra, tendo sido professor na Universidade, que para ele criou especificamente a cadeira de Metalurgia. Depois de 1822, foi Andrada e Silva quem comandou militarmente a revolta contra as tropas leais a D. João VI, que ainda estavam no Brasil, e esteve envolvido nas querelas da formação dos primeiros governos. O seu papel foi importantíssimo após esta data, tendo sido primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, não obstante ter tido momentos difíceis, que chegaram a obrigá-lo a exilar-se na Europa.

Deveria ser construído um monumento em sua homenagem, uma proposta que aqui fica feita ao Município, podendo o mesmo monumento situar-se na Alta, eventualmente até onde há pouco esteve o Monumento a Luís de Camões, pois foi nessa zona da cidade que Andrada e Silva viveu.

Com estes pressupostos, e com toda esta vasta matéria, criamos assim um itinerário que tanto pode ser feito a pé como nos chamados “Tuk Tuk”, pequenos motociclos com lugar sentado para quatro ou mais turistas, e recentemente colocados a circular na cidade, com enorme êxito.

Complementarmente ao itinerário, sugerimos a criação de dois monumentos ou memoriais – a Frei Henrique de Coimbra e a José Bonifácio de Andrada e Silva, este último referido no parágrafo anterior – e à conjugação de esforços com algumas entidades, onde se localizam

obras de interesse, como o Museu Antropológico, onde está um espólio único da Amazónia setecentista e oitocentista.

No entanto, há muitos factos importantes que ligam Coimbra ao Brasil, que não estão materializados em nenhum monumento, em nenhum edifício, e até residências de personagens de enorme importância, como a de José Bonifácio de Andrada e Silva, e que são desconhecidas. Assim, para começar este roteiro, que desejamos apresentar já como um original pronto para ser entregue a um gráfico, para preparar a sua edição, daremos os tópicos a explorar, elencando esses factos que merecem ser lembrados, o que faremos por ordem cronológica, deixando para depois o percurso efectivo na cidade.

Apresentamos apenas o que será uma breve introdução, um resumo do que acima fica dito, para melhor situar o leitor. O itinerário da Coimbra Brasileira, se um dia vier a ser editado, terá que ter um mapa mais elaborado do que aquele que aqui mostramos, e fotografias realizadas por um profissional, pois as que exibimos neste trabalho servem simplesmente de sugestão.

O percurso terá início pela visita ao núcleo antigo da Universidade, onde depois de se verem os tectos da monumental Casa da Livraria pintados por António Simões Ribeiro, que fez fortuna no Brasil, se podem admirar as obras mandadas fazer pelo reitor e reformador D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, a partir de 1772, aquando da Reforma Pombalina, seguindo, dentro do mesmo âmbito do mecenato deste prelado e reitor, para o Largo Marquês de Pombal, onde estão os notáveis edifícios do Museu de História Natural e o Laboratório Chímico.

A seguir, e na antiga igreja do Colégio de Jesus, e bem ao lado do segundo Colégio das Artes, evocaremos, pela primeira de duas vezes, o padre António Vieira, já que voltaremos a falar dele na visita ao Pátio da Inquisição. Passaremos, de seguida, pelo colégio de São Bento, onde está o Museu Antropológico, em cujo acervo se integram as colecções amazónicas. Depois, voltaremos às obras da Reforma Pombalina e ao engenho de D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, vendo o extraordinário Jardim Botânico, a que ele deu começo. Seguidamente, e no extremo do Botânico, encontramos o Colégio de São José dos Marianos, em cujo interior da igreja está a capela dos Estudantes da Baía.

Passada esta zona, regressamos à Alta da cidade e descemos a Rua Dr. Guilherme Moreira, até ao antigo Colégio dos Grilos, para ver o conjunto de ruelas, conhecido por Palácios Confusos – onde viveu o poeta António Gonçalves Dias, embora se desconheça exactamente em que casa foi –, e admirar edifícios certamente de raiz medieval, reconstruídos nos séculos XVIII e XIX. Logo a seguir, ainda está o edifício construído a mando de D. Francisco de Lemos, para albergar a Imprensa da Universidade, que teve oficinas no claustro e em anexos da própria Sé Velha.

Descendo até ao Largo da Sé Velha, logo encontramos a Rua dos Coutinhos, onde está o palácio dos donatários da Baía, e em frente, o palacete onde António Gonçalves Dias se encontrava com Garrett e a elite coimbrã do tempo, onde, parece, chegou a representar algumas peças.

Depois, e para terminar, descem-se as escadas de Quebra-Costas ou faz-se um percurso alternativo pela Calçada da Estrela e pela Rua da Alegria, correndo depois ao longo do Mondego, para jusante, e vamos até junto do mosteiro de Santa Cruz, subindo em direcção ao designado Pátio da Inquisição, onde voltamos a evocar o padre António Vieira, que aí passou alguns dos piores momentos da sua atribulada vida.

Coimbra Brasileira

Proposta para um Itinerário

COIMBRA NA HISTÓRIA DO BRASIL

BRASILEIROS NA HISTÓRIA DE COIMBRA

Muitas foram as personalidades e acontecimentos que ao longo destes cinco séculos estabeleceram uma ligação entre os mais variados lugares do Brasil e a cidade portuguesa do conhecimento. Durante largos anos apenas existiu a Universidade de Coimbra no mundo lusófono, sendo assim natural que todos os intelectuais do Império português por todo o globo, de famílias mais ou menos abastadas, rumassem à *Alma Mater* para aqui alimentarem o espírito com o Saber. Uma inventariação dos estudantes brasileiros em particular, foi feita por Francisco Morais, na obra *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*¹, publicada em 1949. No prólogo, Morais refere que “*o trabalho que hoje sai a público, diga-se sem falsa modéstia, não foi tarefa fácil, nem de esperar seria que saísse sem lacunas ou defeitos de maior*”. E, claro, salvaguarda a possibilidade “*que um ou outro estudante nascido no Brasil tenha ficado sem referência expressa*”. A lista começa no século XVI com Manuel de Paiva Cabral, nascido em Pernambuco, matriculado em Leis, cuja formatura se dá em Junho de 1586. Seguem-se Sebastião Dias, Manuel Carvalho, Jorge de Vasconcelos, Agostinho Ribeiro, para terminar no século XX, com José Hermógenes de Araújo Viana, também ele nascido em Pernambuco, formando-se em Direito no ano de 1914.

¹ Francisco Morais, *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*, Separata de *BRASILIA*, Suplemento ao vol. IV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, Coimbra Editora, 1949.

Para esta minuciosa pesquisa, Francisco Morais recorreu aos registos de matrículas e aos livros de Actos e Graus. Assim, o autor refere ainda, no fim da sua extensa relação, os *Nomes Extraídos dos Livros de Actos e Graus e Que Não Constam dos Livros de Matrículas*. Em 1910, o número ultrapassara já os 3000. Até 2011, data da presente dissertação, não arriscamos quantos mais *irmãos* brasileiros chegaram até à Lusa-Atenas para aqui receberem instrução. Contudo, faremos de seguida algumas breves referências, àqueles que, como disse o Poeta, “*por obras valerosas se vão da lei da morte libertando.*”

Frei Henrique de Coimbra e a primeira missa no Brasil

Não temos qualquer testemunho material que nos ligue a alguns homens que fizeram a história da ligação entre Coimbra e o Brasil, mas não é por isso que a sua memória é menos importante, e assim começamos exactamente por evocar uma das grandes figuras da Igreja Portuguesa da primeira metade do século XVI, e que teve um enorme simbolismo para o nascimento do Catolicismo, naquela terra que viria a constituir o mais populoso país católico do Mundo.

A nove de Março de 1500 saíram de Lisboa 13 navios comandados por Pedro Álvares Cabral com destino à Índia. Tinham como premissa o estreitamento de relações comerciais, religiosas e militares com o Oriente, cuja viagem de Vasco da Gama dois anos antes propiciara. A 24 de Abril avistaram os homens de Cabral terra firme, “*do que forão muim*

alegres, porq polo rumo em que jazia, nã ser nenhua das que atte então eram descubertas"². Ao largo da costa, mas sem terem ainda pisado terra, levantou-se borrasca nocturna o que fez a frota de Cabral procurar abrigo para as naus. E assim foi encontrado e baptizado *um* Porto Seguro. Mandou, então, o capitão alguns dos seus homens ver a terra para depois lhe informarem do que se tratava. Ao que, no regresso à nau, lhe confirmaram terem visto locais, mas bárbaros, pois não se conseguiam fazer entender por nenhuma língua e nem gestos, para além do que se passeavam nus, sem pejo algum. No entanto, Pedro Álvares Cabral achou tamanha "*familiaridade, & simpreza nesta gente*" que ao outro dia mandou lá rezar missa.

O missionário, de seu nome secular Henrique Soares, que realizou a primeira missa no Brasil – marco importante para a cristianização daquele que é hoje um dos maiores representantes da Fé Católica – nasceu em Coimbra em 1465 e a cidade dar-lhe-á o nome pelo qual haveria de ficar conhecido. Foi escolhido por D. Manuel para viajar com Cabral e ser o responsável pelos conventos franciscanos que seriam edificadas na Índia. Frei Henrique havia professado nos frades observantes de Alenquer, havia sido desembargador na Casa da Suplicação e foi confessor de D. João II, assim como das freiras clarissas do Mosteiro de Jesus, em Setúbal, fundado em 1490 por D. Justa Rodrigues Pereira, ama do monarca D. Manuel I; foi aqui que o rei conheceu Henrique de Coimbra, e o escolheu para a missão ao Oriente, com a aprovação do Sumo Pontífice.

² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, conforme a primeira edição de 1566, Parte I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1949, p. 128.

Na companhia de mais sete companheiros da Ordem dos Frades Menores, embarcaram na viagem que os levaria ao *achamento* do Brasil. Com eles seguia também aquele que melhor relataria ao mundo tamanha aventura, Pêro Vaz de Caminha. Assim é feita a descrição do primeiro acto religioso oficial em Terras de Vera Cruz:

*“Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu e mandou a todos os capitães que aprestassem os batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável e dentro dele um altar muito bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que eram todos ali. A qual missa, sendo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali era com o capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada da parte do Evangelho. Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, e no fim dela tratou de nossa vinda e achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viémos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção...”*³

³ Jaime Cortesão, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Obras Completas, Volume VI, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994, pp. 131-132.

Frei Henrique de Coimbra foi também um dos protagonistas da chantadura de uma Cruz, executada em madeira por falta de pedra, como padrão e símbolo da posse da terra agora descoberta, com as armas e divisa do rei D. Manuel. Esta cruz acabaria por baptizar o país, *Sancta Cruz*, que só mais tarde tomou o nome do “*pao vermelho que della vem, a que chamão Brasil*”⁴. Depois de chantada a cruz, Frei Henrique de Coimbra celebrou a sua segunda missa em terras brasileiras, cerimónia à qual assistiram cerca de meia centena de nativos, por certo admirados com todo o ritual religioso para eles até à data desconhecido.



A primeira missa no Brasil, retratada em 1861, por Victor Meirelles

Antes da partida, agora sim, para a Índia, distribuiu o frade crucifixos pelos índios.

⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, p. 129.

“... & assi despachou pêra o regno Gaspar de lemos no seu navio, com nouas deste descobrimento, no qual mandou um homem da terra a elRei. ho que feito, deixando alli dous degredados, de vinte que levava, se partio ahos dous dias do mes de Maio, tomando sua derrota pera ho cabo de boa Sperança...”⁵.

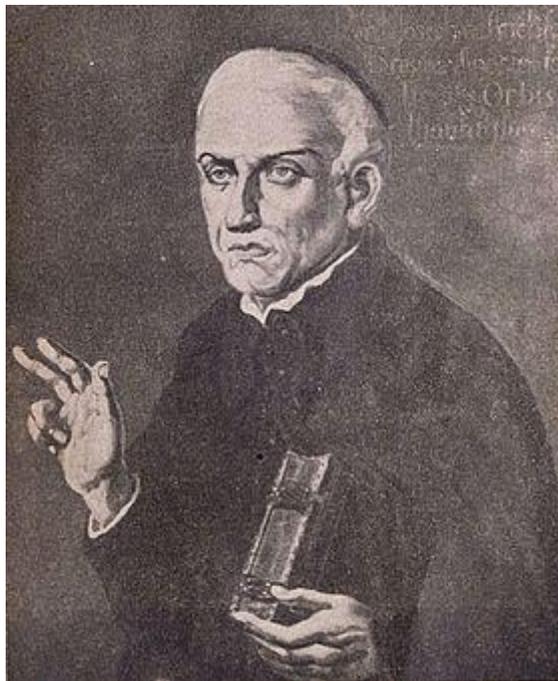
Em Calecute, a missão pré-determinada fracassa, e Frei Henrique volta a Portugal em 1501. É, então, escolhido como confessor do monarca D. Manuel e são-lhe atribuídas várias funções diplomáticas no estrangeiro. A 30 de Janeiro de 1506 é confirmado como bispo de Ceuta pelo Papa Júlio II e escolhe Olivença para sede do seu bispado. Nesta cidade morre, em 1532. A igreja de Santa Maria Madalena, que mandou construir, é a sua última morada de descanso.

José de Anchieta

José de Anchieta nasceu em Março de 1534, em La Laguna, na ilha de Tenerife. O seu pai era um nobre basco e sua mãe provinha de uma família de judeus convertidos ao cristianismo. Ainda adolescente veio estudar Filosofia em Coimbra, no Real Colégio das Artes, e em 1551 entra para a Companhia de Jesus. No ano de 1553 recebe o convite para partir rumo ao Brasil, como missionário, uma vez que o padre Manuel da Nóbrega solicitara ajuda na evangelização dos índios brasileiros. E é com

⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, conforme a primeira edição de 1566, Parte I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1949, pp. 129-130.

o jesuíta português, Nóbrega, que funda em 25 de Janeiro de 1554, no Planalto de Piratininga, o Colégio de São Paulo, que mais tarde acabaria por dar nome à maior urbe da América do Sul. Anchieta ensina, catequiza e defende os índios e aprende com eles. Da assimilação dos idiomas indígenas sai a *Arte da Gramática da Língua Mais Usada no Brasil*, impressa em Coimbra em 1595, o primeiro manual sobre a língua tupi-guarani.



José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil

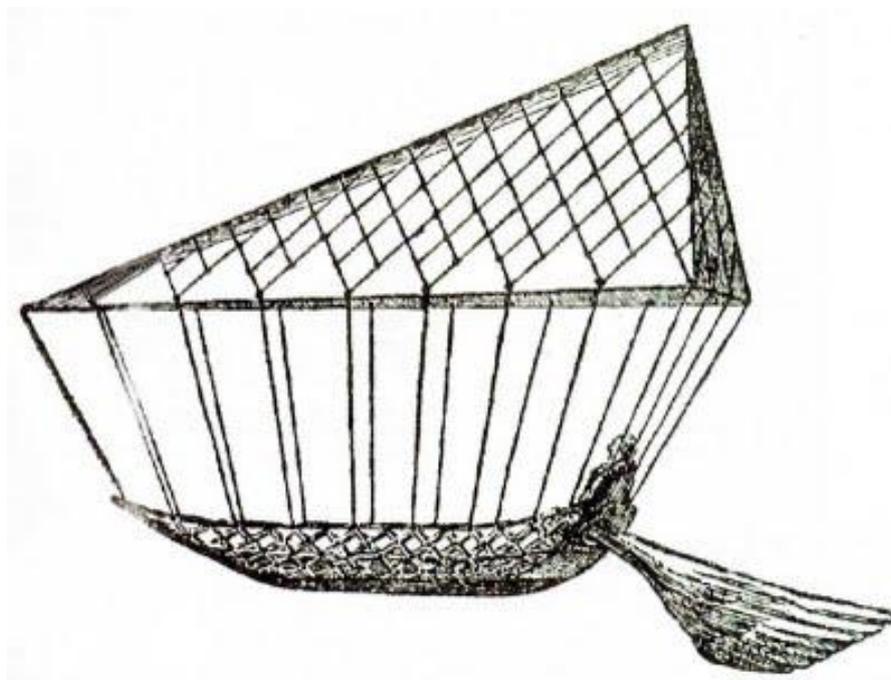
Os jesuítas, na sua tarefa de missionação, usavam sobretudo a música, o teatro e a dança, para se fazerem compreender e passar os ideais cristãos. Fruto desta necessidade ou, mais provavelmente, do seu talento, Anchieta é considerado o primeiro poeta do Brasil: *Poema em Louvor à Virgem Maria*, escrito por volta de 1563, quando dos conflitos

com tribos índias, das quais o padre foi feito prisioneiro, é um dos melhores exemplos da sua obra. Em 1565, entrou com Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, de quem era amigo, na Baía de Guanabara, para ajudar a combater e expulsar os franceses, fazendo, assim, parte da génese da que viria a ser a cidade do Rio de Janeiro. Em 1569 fundou a povoação de Reritiba, no Estado do Espírito Santo, hoje chamada de Anchieta em sua homenagem. É aqui que vem a falecer, em 1597, o *Apóstolo do Brasil*, beatificado pelo Papa João Paulo II em Junho de 1980.

Bartolomeu de Gusmão

Bartolomeu Lourenço de Gusmão nasceu no Brasil, em Santos, no ano da graça de 1685. Dez anos depois nasceria o seu irmão, Alexandre de Gusmão, também ele ilustre personalidade: diplomata e político ao serviço de D. João V, o Magnânimo. Bartolomeu estuda no Seminário de Belém e, mais tarde, no Seminário da Companhia de Jesus, na Baía. Desde cedo dá mostras da sua apetência pelos estudos eclesiásticos, assim como da sua inteligência e capacidade criativa. Faz uma passagem pelo reino e regressa ao Brasil, entretanto. É ordenado padre e, em 1708, volta a Portugal para se matricular na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra. Um ano depois dirige uma petição ao rei D. João V em que afirma ter descoberto um *instrumento para andar pelo ar*, e onde alude às vantagens de tal descoberta. O rei apoia, e mais o nomeia para lente de Matemática na Universidade Coimbrã. No entanto,

Bartolomeu dedica-se de corpo e alma ao seu invento – foi o pioneirismo do balão de ar quente, ou aeróstato. Alvos de troça, quer o padre inventor, quer o próprio aparelho, ficaram depreciativamente conhecidos por *Voador*, o primeiro, e *Passarola*, o segundo. Seguem-se experiências, algumas na presença do próprio monarca, para demonstrar a validade da sua invenção. Umas bem sucedidas, em que o aeróstato atinge altura e desce depois suavemente, outras fracassadas.



Desenho do balão conhecido por *passarola*, do Padre Bartolomeu de Gusmão. Esta imagem, que corresponde ao invento do jesuíta, apesar de publicada e divulgada, é menos conhecida que um outro desenho, erróneo, mas mais popularizado.

Contudo, os malogros do aparelho, juntamente com a chacota que se fazia dele, acabaram por desmotivar Bartolomeu de Gusmão, que deixa de insistir no instrumento de voar. Retoma os estudos que tinha

deixado inacabados, e obtém finalmente o doutoramento em Cânones, pela Universidade de Coimbra. Viaja e vive uns anos em alguns países da Europa. Quando volta a Portugal, é assombrado pelo medo da Inquisição, porque o acusavam de ter pacto com o Diabo, de se sentir atraído pelo judaísmo, de bruxaria, entre outros vitupérios. Em 1724 foge para Espanha. Pouco depois, nesse mesmo ano, adoece e morre, em Toledo.

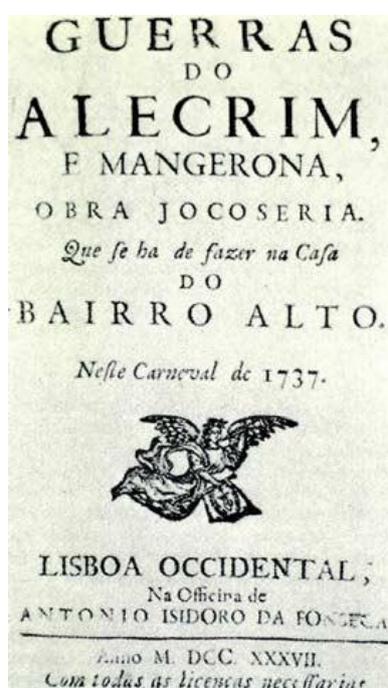
António José da Silva

“E, para que se acabem essas guerras do alecrim e manjerona, mando que os dois ranchos façam as pazes e se ponha perpétuo silêncio nesta matéria, sob pena de serem assuntos de minuetes e andarem por boca de poetas, que é pior que pelas bocas do mundo”⁶

António José da Silva, cognominado de *o Judeu*, nasceu em 1705, no Rio de Janeiro. Quanto à família – seu pai, João Mendes da Silva, fora, tal como o filho que lhe seguiria depois as pisadas, um ilustre advogado e também poeta – de origem judaica, foi largamente perseguida pela Inquisição, de pouco ou nada adiantando serem cristãos-novos. Aos oito anos, António vem para Portugal com os parentes, para acompanhar a mãe, deportada, que estava já na metrópole a mando do Santo Ofício.

⁶ Trecho de uma fala de Semicúpio, personagem da ópera joco-séria *Guerras do Alecrim e Manjerona*, de António José da Silva.

Em 1722 matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluindo o curso de Cânones em 1725. No ano seguinte o tormento da família intensifica-se mais ainda, com nova prisão da mãe, Lourença Coutinho, e pouco depois com a do próprio António José da Silva. António é cruelmente torturado e, passado algum tempo, renuncia solenemente ao judaísmo em auto-de-fé e é libertado. Vai escrevendo as peças que, juntamente com a cruel história da sua vida, lhe dão fama. A ópera *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança* estreia em 1733; *Esopaida ou Vida de Esopo* em 1734; *Os Encantos de Medeia* em 1735, entre outras. *Guerras do Alecrim e Manjerona*, considerada por muitos críticos a sua melhor obra, sai a público, e “*se há de fazer na Casa do Bairro Alto, Neste Carnaval de 1737*”.



Anúncio da peça teatral *Guerras do Alecrim e Manjerona*, levada à cena em 1737

Esta peça ficaria, aliás, perpetuada para sempre por dar nome à expressão comumente usada a partir daí, pelos falantes da língua portuguesa, quando se quer referir à discussão sobre assuntos sem importância. Mais tarde, nesse mesmo ano, António José da Silva é novamente preso pelos inquisidores, sob a acusação de práticas judaizantes. É interrogado, novamente torturado, e em 1739 condenado à fogueira. Foi enforcado antes, pois queimar a pessoa viva era pena mais pesada ainda, e António não a merecia.



António José da Silva, *O Judeu*

A vida curta, atrozmente terminada, de António José da Silva, tem sido largamente referenciada por escritores ao longo da história: Camilo Castelo Branco escreveu o romance *O Judeu*, publicado em 1866; o dramaturgo português, Bernardo Santareno, escreveu a *narrativa*

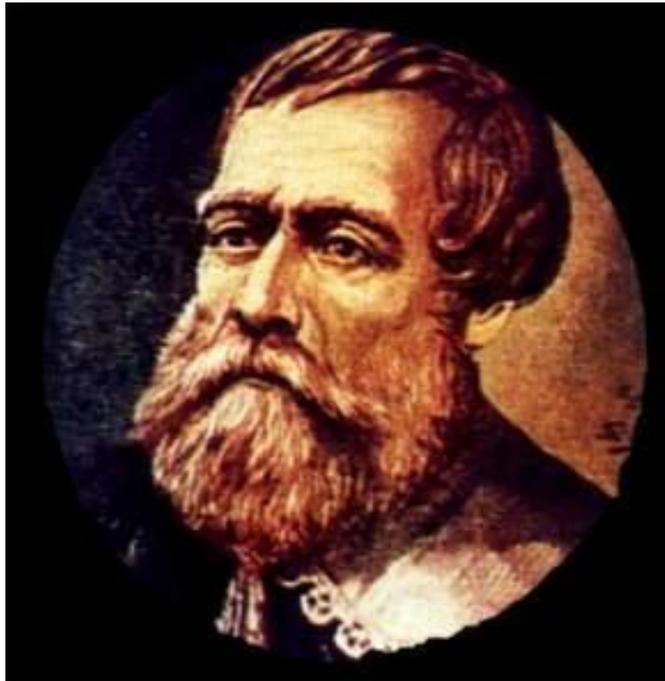
dramática com o mesmo nome, exactamente cem anos depois, em 1966; Francisco Maciel Silveira, autor brasileiro, deu à luz *Concerto Barroco às Óperas do Judeu*, em 1992; o seu compatriota Alberto Dines, jornalista, escreveu *Vínculos do Fogo*, com o subtítulo *António José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*, no mesmo ano.

António José da Silva é várias vezes referido como sendo o melhor dramaturgo do século XVIII, figurando assim na lista dos grandes portugueses, ao lado de nomes como Gil Vicente e Almeida Garrett. Na maior parte das biografias que encontramos da sua vida, António José é descrito como comediógrafo, poeta e advogado.

José de Santa Rita Durão

Frei José de Santa Rita Durão nasceu em Cata Preta, Minas Gerais. Decorria o ano de 1722. O poeta brasileiro, depois de estudar no Rio de Janeiro, vem para Portugal em tenra idade, ingressando posteriormente na Universidade de Coimbra. Aqui, estuda Teologia e Filosofia. Professora na Ordem de Santo Agostinho, tornando-se padre desta congregação. Entretanto, e devido ao regime do Marquês de Pombal, sai de Portugal, vivendo na Itália durante anos. Com a saída do ministro do governo do país, Santa Rita Durão volta à metrópole, exercendo o cargo de lente de Teologia na *Alma Mater*. Nesta altura, dedica-se também à escrita do poema épico *Caramuru*. Este narra a descoberta da Baía, tendo como protagonista Diogo Álvares Correia, o *caramuru*, nome com o qual os

índios o apelidaram, e pretende ser uma exaltação da pátria brasileira, tendo por inspiração *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões. Santa Rita inclui na narrativa factos da História do Brasil, enriquecendo assim a obra.



José de Santa Rita Durão

O *Caramuru* foi publicado em 1781, em Lisboa. Insere-se no Arcadismo, enaltecendo a natureza, os indígenas, a vida simples e bucólica, e contém também a crítica à exploração feita pela Coroa Portuguesa no processo da colonização do Brasil. Desta forma, o poema de Santa Rita insere-se na mesma corrente literária que integrou também Cláudio Manuel da Costa, o qual referiremos mais à frente nesta dissertação. Frei José de Santa Rita Durão faleceu em 1784, em Lisboa.

Domingos Caldas Barbosa

*Não posso negar, não posso,
Não posso por mais que queira,
Que o meu coração se abrasa
De ternura Brasileira.⁷*



Domingos Caldas Barbosa

O poeta satírico do Arcadismo brasileiro, Domingos Caldas Barbosa, nasceu no Rio de Janeiro em 1740, filho de uma escrava negra e de pai português. Estudou no Colégio jesuíta do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, e foi chamado a prestar serviço na guerra da Colônia do Sacramento. Em 1763 vem para Coimbra estudar Leis e Cânones; contudo, e apesar de ter estado três anos inscrito na Universidade, é

⁷ Primeira estrofe do poema *A Ternura Brasileira*, de Domingos Caldas Barbosa.

quase certo que não se chegou a formar⁸. Já em Lisboa, torna-se amigo e protegido de José de Vasconcelos e Sousa, Conde de Pombeiro. Caldas Barbosa, poeta arcádico que adoptou o nome de Lerenó Selinuntino, é contemporâneo do sadino Manuel Maria do Bocage, e trocou com ele algumas picardias, das quais transcrevemos o exemplo seguinte, a título de curiosidade:

*“De todos sempre diz mal
O ímpio Manuel Maria,
E se Deus o não disse
Foi porque não o conhecia.”*

Ao que Bocage depois responde:

*“Dizem que o Caldas glutão
Em Bocage ferra o dente
Ora é forte admiração,
Ver um cão morder a gente!”*

O padre Caldas Barbosa, foi um dos fundadores da primeira e mal sucedida Academia de Belas Artes de Lisboa, em 1790, a *Nova Arcádia*. A sua obra mais conhecida é a *Viola de Lerenó*, publicada em Lisboa, no ano de 1798. É nesta cidade que o poeta falece, dois anos depois.

O seu nome ficará para sempre ligado à canção popular brasileira, nomeadamente à modinha – música dolente e sentimental – e ao lundum – música e dança cuja origem remonta aos escravos africanos, e

⁸ José Ramos Tinhorão, *Domingos Caldas Barbosa, O Poeta da Viola, da Modinha e do Lundu (1740-1800)*, Editora 34, 2004, p. 42.

que mistura timbres brasileiros e portugueses; entre outras, as características do lundum são, na sonoridade, o batuque e, nos movimentos, a sensualidade da dança –, cujas músicas e letras compunha, cantava e acompanhava na viola. Estas o celebrizaram, tanto no Brasil como em Portugal.

Francisco de Melo Franco

“Vai, oh poema, não digo discorrer pelo Universo, porque sei que estás escrito em português, mas ao menos corre as mãos de todos esses que compõem a Universidade.

Eu te vaticino desde já uma desgraçada sorte. Serás praguejado, e por muito reduzido a cinzas, que irão até lançar-te no Mondego como coisa contagiosa. Não esmoreças que entre esses alguns haverá, ainda que poucos que folguem de ver a verdade com os seus próprios vestidos.

(...) Sofre com paciência, que o teu fim é só de fazer ver a verdade.

(...) Dize-lhes que o que mais o aflige é ver que os que por voto devem ser pobres, humildes e castos são os mais regalados, soberbos e libidinosos, a quem custa muito cumprir os votos que fazem.

(...) *Tanto reina ainda aqui mesmo a Estupidez!*"⁹

“Um dos mais ilustres brasileiros em Coimbra no século XVIII”, nas palavras de Lycurgo Santos Filho¹⁰, Francisco de Melo Franco nasceu em Paracatu, Minas Gerais, em 1757. Após concluir o ensino secundário no Rio de Janeiro, rumo a Coimbra, onde se matricula na Faculdade de Medicina. Na cidade mondegua a Inquisição estava especialmente alerta, e exacerbada – a intelectualidade era um perigo –, na época em que Melo Franco frequentava a Universidade.



Francisco de Melo Franco

⁹ Introdução ao poema satírico *Reino da Estupidez*, composto por Francisco de Melo Franco, que se tornou conhecido em 1785 e foi publicado em 1818.

¹⁰ Franco, Francisco de Melo, em *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Verbo, Lisboa / São Paulo, 1994, p. 356.

Assim, o futuro médico não escapou às garras do Santo Ofício que o acusou de heresia – para tal bastaria a posse de um dos livros que constassem do *Index Librorvm Prohibitorvm*, contudo segundo Massaud Moisés¹¹, foi o poema redigido por Franco, *Reino da Estupidez*, em que fazia críticas mordazes ao clero, à sociedade e à Universidade, que o levou ao cárcere – e o prendeu durante quatro anos. Depois de terminado o seu curso, estabelece-se em Lisboa, onde vive cerca de três décadas e adquire grande prestígio enquanto clínico. Em 1817 é nomeado, por D. João VI, médico da princesa Leopoldina e é desta forma que acompanha a futura imperatriz ao Brasil, aí passando a viver até ao fim dos seus dias. Morre em Ubatuba, no Estado de São Paulo, em Junho de 1823, depois de uma visita ao filho, também médico. Deixou para o futuro várias obras sobre higiene e pediatria, sendo mesmo considerado o primeiro puericultor brasileiro.

José Bonifácio de Andrada e Silva

“ (...)

Amei a liberdade, e a independência

Da doce cara pátria, a quem o Luso

Oprimia sem dó, com riso e mofo —

Eis o meu crime todo.

(...)

¹¹ Massaud Moisés, *História da Literatura Brasileira: Das Origens ao Romantismo*, Volume I, Editora Cultrix, 2001, p. 280.

Oh! País sem igual, país mimoso!
Se habitassem em ti sabedoria,
Justiça, altivo brio, que enobrecem
Dos homens a existência;
(...)
Os teus BAIANOS, nobres e briosos,
Gratos serão a quem lhes deu socorro
Contra o bárbaro Luso, e a liberdade
Meteu no solo escravo.¹²
(...)”

No dia 13 de Junho de 1763 na vila de Santos, nasceu aquele que ficaria conhecido como o *Patriarca da Independência* do Brasil, José António de Andrada e Silva – mais tarde, com o crisma, José Bonifácio. Era filho de Bonifácio José de Andrada, um funcionário da Coroa e rico comerciante de Santos. Fez a instrução primária na terra natal e depois rumou a São Paulo, a capital do Estado, para fazer a preparação do ingresso no Ensino Superior. Viajou então para Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra em 1783. Em 1787 forma-se em Filosofia Natural, e em 1788 conclui o curso de Direito.

Começa uma carreira de sucesso: é de imediato admitido na Academia de Ciências de Lisboa, e em 1790 parte numa longa expedição científica à Europa, com o intuito de se aperfeiçoar tecnicamente, visitando os mais cultos centros do velho continente. O primeiro destino foi Paris, local indicado para se dedicar ao estudo da mineralogia, a sua

¹² *Ode aos Baianos*, de José Bonifácio de Andrada e Silva.

mais fremente paixão. Daí partiu para Freyberg, na Alemanha, onde pôde aprender com o melhor: Abraão Gottlob Werner, o eminente geólogo alemão precursor da mineralogia moderna. Em seguida o destino foi a Áustria, onde passou pelo Tirol, Estíria e Caríntia. Vai para Pavia, na Itália, onde mais uma vez recebe os ensinamentos de um mestre: Alessandro Volta, o físico italiano que inventaria a pilha eléctrica. Mais tarde segue para as terras escandinavas onde descobre, e descreve, doze novos minerais. Nesta viagem científica passa também pela Holanda, Bélgica, Boémia, Hungria e Inglaterra, entre outros destinos.

Passados dez anos regressa a Portugal e torna-se lente na *Alma Mater*, onde para ele fora criada especialmente a cátedra de Metalurgia. É entretanto nomeado intendente geral das Minas do Reino. Com a invasão napoleónica a Portugal em 1807, Andrada e Silva alista-se no *Corpo Voluntário Académico*, formado em Coimbra com o intuito de defender o território português. Uma vez terminada a turbulência bélica, regressa à sua vida de investigador e académico.

Em 1819 volta José Bonifácio ao Brasil, passando primeiro pelo Rio de Janeiro, mas acabando por se estabelecer em Santos pouco depois. Inicia em 1820 nova excursão científica, ao interior do Estado de São Paulo. A partir daí passará a ser a política o centro da sua actividade.

Em 1821 é eleito vice-presidente da Junta Governativa de São Paulo e, se no início não era contra a união dos dois reinos, desde que o Brasil mantivesse autonomia administrativa e económica, cedo se viu que tal união não seria conseguida sem prejuízo para as Terras de Vera Cruz, pelo que começa assim a luta de Bonifácio pela emancipação

brasileira. É de sua autoria o manifesto em representação paulista, dirigido ao príncipe regente D. Pedro, instando-o a que permaneça no Brasil, apesar das ordens contrárias vindas de Lisboa para que regressasse a Portugal – dando origem à histórica frase do então herdeiro da Coroa Portuguesa, proferida a 9 de Janeiro de 1822: "*Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico.*" É dada a pasta do Ministério do Reino e dos Negócios Estrangeiros a José Bonifácio.



José Bonifácio de Andrada e Silva

Na luta pela independência, a Maçonaria tem o seu papel de destaque e Andrada e Silva atinge o mais elevado grau dentro da sociedade secreta, tornando-se o primeiro grão-mestre da Federação Maçónica Brasileira.

Aqui teve que contar com a oposição de Joaquim Gonçalves Ledo¹³, membro da sociedade, liberal e tenaz defensor da independência que, ao contrário do *patriarca*, defendia de forma mais agressiva o corte total com a coroa portuguesa. Devido à contenda entre os dois ilustres, Bonifácio sai da Maçonaria e funda uma nova sociedade, o *Apostolado*, com o objectivo de promover a independência. A influência de José Bonifácio sobre o Príncipe D. Pedro é sobejamente conhecida, e a sete de Setembro de 1822 é dado o *Grito do Ipiranga* nas margens do rio com o mesmo nome, formalizando-se assim a independência do Brasil. Contudo, na Assembleia Constituinte de 1823, o deputado e ministro do reino, José Bonifácio, entra em conflito com Dom Pedro I por não concordar com algumas ideias que corriam na Assembleia, e acaba por se demitir do cargo de primeiro-ministro. Como deputado, no entanto, continua a defesa dos seus ideais, fazendo passar os seus pontos de vista na Assembleia, convocada para elaborar a primeira Constituição Brasileira. Dissolvida a Constituinte pelo novo Imperador, José Bonifácio é acusado de traição; é preso e deportado para França. Passa seis anos no exílio, período durante o qual publica um caderno de poesias sob o pseudónimo de Américo Elysió, e em 1829 regressa ao Brasil. Após a abdicação ao trono de D. Pedro, datada de 1831, reaproxima-se do regente, sendo inclusivamente nomeado para tutor dos seus filhos. Em 1833 outra contrariedade espera o *patriarca*: acusado de conspiração para levar novamente ao poder D. Pedro I, é preso e exilado, desta feita

¹³ Gonçalves Ledo nasceu no Rio de Janeiro em 1781, e também ele viveu em Coimbra, para onde veio estudar em 1795. Regressou ao Brasil, em 1808, devido à morte do pai, deixando assim por concluir o curso de Direito. Falece em 1847, no Município de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

na Ilha de Paquetá. Acaba por ser julgado e absolvido, por unanimidade. Vem a falecer em 1838 em Niterói, onde passou os últimos dias da sua vida.

José Bonifácio de Andrada e Silva deixou diversos trabalhos escritos, quer científicos – *Memória sobre a Pesca das Baleias, e Extração do seu Azeite; Sobre o Erro em que Estavam os Europeus a Respeito das Descobertas do Diamante (...); Memória sobre as Minas de Carvão de Pedra de Portugal; Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*; entre outros –, quer políticos – *Discursos Parlamentares; Manifestos; ...* –, quer sociais – *Poesias Avulsas de Américo Elycio; O Reino da Estupidez. Poema em Colaboração com Francisco de Mello Franco; ...* –, constituindo larga obra.

Os seus restos mortais repousam no Pantheon dos Andradas, onde descansa juntamente com os seus irmãos na cidade de Santos, sua terra natal. Adequadamente, o mausoléu inaugurado em 1923, tem inspiração em templos maçónicos.

Silvestre Pinheiro Ferreira

Em Dezembro de 1769 nasce o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira, na cidade de Lisboa. Frequentou Humanidades na Congregação do Oratório; no entanto, devido aos seus pontos de vista que contendiam com os do seu confrade, Teodoro de Almeida, acabou por ter de sair da congregação. Ganha, entretanto, o concurso para professor de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra. Uma

vez mais, é aqui vítima de injustiça e de ciúmes dos colegas, que o denunciam à Inquisição como jacobino e vê-se forçado a sair de Portugal. Passa pela Inglaterra, Holanda, França e Alemanha, quer assumindo cargos políticos e diplomáticos, quer estudando as ciências naturais.



Silvestre Pinheiro Ferreira

Foi nesta última função, aliás, que adquiriu para a Universidade de Coimbra uma magnífica colecção mineralógica, que acabou depois por rumar ao Brasil. É para este país que segue também Silvestre Ferreira, prestando apoio à Corte portuguesa que para lá se mudara, como é sabido, com o intuito de escapar às invasões de Napoleão Bonaparte. Vive no Brasil cerca de onze anos, e aí prepara e publica algumas das suas obras mais importantes – entre elas as famosas *Prelecções Filosóficas*, em 1813, saídas das suas aulas no Seminário de São Joaquim

e publicadas pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, que mostravam sem censura as ideias que se desenvolviam na Europa, mas camufladas em Portugal. Regressou à metrópole em 1821, novamente com a Corte. Morreu em Lisboa, no ano em que perfazia os 77 anos de idade.

É unânime o reconhecimento da importância do vasto legado deixado por Pinheiro Ferreira, assim como é unânime a falta de atenção que é hoje dada a este iminente filósofo e publicista português, muito reconhecido no seu tempo, contudo: o Direito Constitucional, a Filosofia – a política e a natural – a Administração Pública, a Economia, a Sociologia, a Psicologia... foram áreas que mereceram a sua atenção, sobre as quais discorreu e deixou os seus trabalhos para a posteridade.

Hipólito José da Costa

Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça foi um insigne jornalista, fundador do primeiro jornal em língua portuguesa livre de censura: o *Correio Braziliense*. Hipólito nasceu em 1774 na Colónia do Sacramento, altura em que o território pertencia ao Brasil – hoje é parte integrante do Uruguai. Em 1777, com a invasão espanhola, a família do jornalista é obrigada a mudar-se para o Rio Grande do Sul, sendo aí que Hipólito vive até se matricular na Universidade de Coimbra, onde se forma em Leis e Filosofia no ano de 1798. Nos dois anos seguintes, viaja pelo México e os Estados Unidos, a mando do governo português. É em Filadélfia que entra para a Maçonaria. Em 1800 volta para Portugal e começa a exercer o cargo de director da Imprensa Régia. No exercício

das suas funções viaja para Londres, e no regresso à metrópole é preso pela Inquisição sob a acusação de maçom. Depois de mais de dois anos de cárcere consegue evadir-se, fixando-se em Londres em 1805. Nesta cidade, três anos passados, Hipólito funda o *Correio Braziliense*, o primeiro periódico mensal brasileiro, que viria a ser publicado até Dezembro de 1822, data do último número.



Hipólito José da Costa

Jornal claramente liberal, continha notícias da política nacional e estrangeira, e acabaria por influenciar o movimento independentista do Brasil – embora, refira-se que inicialmente Hipólito da Costa era a favor de um império luso-brasileiro, e só mais tarde abraçaria a total independência do país. Despertara, como é fácil de ver, ódios da parte das classes conservadoras, que tentaram descredibilizá-lo, nomeadamente com a publicação de outros jornais que combatessem as

suas ideias. Sem sucesso, porém. O *Correio* acabaria apenas, e por vontade própria do fundador, quando a liberdade de imprensa era já uma realidade, o que aconteceu com a independência do Brasil. Poucos meses depois, o Imperador D. Pedro nomeia-o cônsul do país em Inglaterra, cargo que não chega a ocupar, uma vez que falece em Londres dias antes, em Setembro de 1823. Foi sepultado em Hurley, no condado inglês do Berkshire, voltando os seus restos mortais ao Brasil somente em 2001, onde repousam agora em Brasília nos jardins do Museu da Imprensa. O *Museu da Comunicação Hipólito José da Costa*, em Porto Alegre, tomou o seu nome, homenageando desta forma o patrono da imprensa brasileira.

No dia da inauguração da actual capital do Brasil em 1960, saiu também o primeiro número do ainda hoje jornal da cidade, com o nome de *Correio Braziliense*.

Mentores da Inconfidência Mineira

Faremos aqui uma referência a um dos mais importantes movimentos ocorridos na história do Brasil, e para o qual contribuiu uma elite também formada nos bancos da Universidade coimbrã.

Nos fins do século XVIII, Minas Gerais era já considerada a mais rica região brasileira, devido às suas grandes reservas auríferas. A intensa exploração que daí adveio começou a mostrar os seus efeitos e as minas, já exauridas, forneciam cada vez menos ouro. Contudo, e indiferente a esta diminuição, a coroa portuguesa fazia cumprir os seus

desejos, nomeadamente através de impostos e taxas sobre a colónia. E assim aparece um novo imposto ao qual se deu o nome de *derrama*. Esta consistia no pagamento devido pelas explorações auríferas de 100 arrobas de ouro anuais à metrópole: quer se extraísse o metal precioso, quer não, a cobrança era exigida. Ora, esta imposição juntamente com outras medidas severas que prejudicavam grandemente o desenvolvimento industrial brasileiro, criou insatisfação tanto no povo como nos ricos proprietários, todos eles afectados pela exploração portuguesa. E estava dado o mote para a conjura. Os filhos das classes emergentes brasileiras eram enviados para estudar na Europa, onde grassava ao tempo os ideais da liberdade e igualdade que inspiravam as gentes – basta lembrar que a revolução francesa ocorreria precisamente em 1789, ano em que foi descoberta a conspiração mineira. Transpondo esses lemas para as Terras de Vera Cruz, os intelectuais, juntamente com os fazendeiros explorados e o povo descontente, começaram a pensar numa forma de sair do jugo do Governo Português e a solução passaria certamente pela independência da região de Minas, que seria proclamada república.

Os propósitos separatistas foram descobertos nos começos de 1789, quando Joaquim Silvério dos Reis pôs a nu as tramas dos seus colegas *inconfidentes*. Entre eles estavam personalidades que ficariam para sempre ligadas à causa brasileira, quer pelas obras deixadas para a posteridade, quer pela bravura assumida no momento da verdade: Cláudio Manuel da Costa, Tomás António Gonzaga, Inácio Alvarenga Peixoto, entre outros, pertencem ao grupo de académicos que fizeram parte do movimento, enquanto que o alferes Joaquim José da Silva

Xavier, o *Tiradentes*, de sua alcunha, foi elevado à categoria de mártir e herói da pátria brasileira, por ter assumido para si toda a responsabilidade do enredo. Era, também, o de condição social mais humilde. Foi condenado à força e executado em Abril de 1792. Depois disso, e uma vez que era preciso dar o exemplo, o seu corpo foi esquartejado, espalhado e exposto publicamente.

- **Cláudio Manuel da Costa**

Cláudio Manuel da Costa nasceu em 1729 na Vila do Ribeirão do Carmo, hoje a cidade de Mariana, em Minas Gerais. Em 1749 matriculou-se em Cânones, na Universidade de Coimbra, cuja formatura concluiu em 1753. É em Coimbra que toma contacto com as ideias iluministas, crescentes na Europa. Voltando ao Brasil, exerce advocacia em Vila Rica, actualmente com o nome de Ouro Preto e, juntamente com a sua produção literária, torna-se uma personalidade marcante na capitania de Minas Gerais. É um dos participantes da Inconfidência Mineira: foi acusado de promover saraus em sua casa, onde se reuniam os conspirantes para tratarem das bases e símbolos da nova república mineira que haveria de singrar; como consequência foi preso e interrogado. O poeta seria encontrado morto em 1789, em Vila Rica, não sendo claro até aos dias de hoje se atentou contra a própria vida ou se foi assassinado.



Cláudio Manuel da Costa

Cláudio Manuel da Costa foi o autor de *Obras Poéticas*, publicadas em 1768, marcando o começo do Arcadismo no Brasil, foi sócio da Academia Brasílica dos Esquecidos, participou na fundação da Arcádia Ultramarina, e contribuiu, com a sua poesia, para a formação de uma identidade literária brasileira.

- **Tomás António Gonzaga**

O poeta conhecido como *Dirceu*, nasceu em Miragaia, no Porto, corria o ano de 1744. O seu pai, Dr. João Bernardo Gonzaga, era brasileiro, e sua mãe, Tomásia Isabel Clark, tinha nacionalidade portuguesa. Tendo a progenitora morrido quando o poeta era ainda muito novo, Tomás viaja com o pai para Pernambuco, em 1751. Faz os

seus estudos secundários na Baía e, em 1761, embarca novamente para Portugal, matriculando-se em Direito, na Universidade de Coimbra.



Tomás António Gonzaga

Depois da formatura, escreve *Tratado de Direito Natural* – que viria a ser publicado apenas em 1942 – com o intuito de se candidatar a lente na Faculdade, pretensão que troca pela magistratura. Nomeado juiz de fora em Beja, exerce o cargo durante pouco mais de dois anos. Regressa entretanto ao Brasil e, em 1782, é nomeado Ouvidor Geral em Vila Rica. Aí conhece a sua musa inspiradora, Maria Joaquina Doroteia de Seixas, aquela que segundo os estudiosos corresponderá à personagem Marília, das poesias que lhe trariam fama e que foram compiladas na obra intitulada *Marília de Dirceu*, cuja primeira parte seria publicada pela Imprensa Régia de Lisboa, em 1792.

Grande amigo de Cláudio Manuel da Costa, também Gonzaga é acusado de ter participado na Inconfidência, e por essa razão é preso e acaba deportado para Moçambique. Aqui morre, em 1810. Além dos títulos já referidos, sabe-se agora que são também da sua autoria as *Cartas Chilenas*, obra satírica a Luís da Cunha Meneses, o governador de Minas Gerais entre 1783 e 1788, e a quem o escritor atribuiu o nome de *Fanfarrão Minésio...*

▪ **Inácio José Alvarenga Peixoto**

Alvarenga Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, em 1744. Em 1760 chega a Coimbra e, seis anos depois, forma-se com distinção em Leis.



Inácio José Alvarenga Peixoto

Na metrópole o poeta convive com personalidades de vulto, tais como Basílio da Gama, Tomás António Gonzaga ou Caldas Barbosa. Peixoto exerce o cargo de juiz em Sintra, e regressa depois ao Brasil, onde é nomeado Ouvidor do Rio das Mortes. Em 1881 casa com Bárbara Heliodora. Inácio participa com os seus amigos na conjura mineira – em consequência deste acto, é preso e levado para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, pendendo sobre ele a condenação à morte. Contudo, a pena seria comutada em exílio perpétuo a cumprir em Angola. É lá que o poeta arcádico falece, em Ambaca, no mês de Agosto de 1792.

Das suas obras destaca-se *Canto Genetliaco*, em que sobressai a exaltação da pátria brasileira. O escritor, como elemento da Arcádia, assinava sob o nome de Eureste Fenício. Usou também o pseudónimo de Alceu.

▪ **José da Silva Oliveira Rolim**

José Rolim nasceu no ano da graça de 1747, em Diamantina. A cidade que hoje tem esta nomenclatura, foi chamada inicialmente de Arraial do Tijuco, e ficou célebre pela descoberta de ouro; posteriormente, foram as jazidas de diamantes que a enriqueceram e lhe mudaram o nome. Filho do rico tesoureiro de diamantes da cidade, Rolim viria a ser o mais abastado interveniente da conjura. De reputação muito duvidosa – a família dedicava-se ao tráfico de diamantes e de escravos, entre outras ilegalidades –, o clérigo recebeu em Coimbra a ordenação para o sacerdócio. Vendo-se com ordem para ser banido da Capitania pelas inúmeras ilicitudes que praticava, e não conseguindo,

como era seu intento, a revogação de semelhante mando, junta-se por vingança, diz-se, à Inconfidência, nela participando de forma explícita. Assim, após denunciados os *inconfidentes* e, apesar da influência de que o padre Rolim usufruía, esteve preso durante anos. Morreu em 1835, na sua cidade natal, Diamantina.

- **José Álvares Maciel**

Maciel nasceu em Vila Rica, em 1760¹⁴. Chega à Universidade de Coimbra em 1781, para se matricular no curso de Filosofia. Aí trabalha com o insigne professor de Pádua, Domenico Vandelli, naturalista e químico, chamado pelo Marquês a Portugal para ensinar História Natural e Química, na Universidade. Viaja depois para Inglaterra, onde toma contacto com a maçonaria e com as ideias do iluminismo. Regressado à Universidade da cidade do Mondego, priva com José Joaquim da Maia, e envolve-se na causa pela independência de Minas Gerais. No Rio, encontra José Joaquim da Silva Xavier e lhe transmite quer os ideais liberais que evoluíam na Europa, quer o apoio manifestado pelos Estados Unidos à causa mineira. Álvares Maciel morre em Angola, terra do seu desterro.

¹⁴ Francisco Morais aponta como data de nascimento o ano de 1751 – em *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*, p. 320.



Crê-se que esta litografia retrata o encontro de José Álvares Maciel
com o alferes Joaquim José da Silva Xavier

Bernardino Machado

Bernardino Luís Machado Guimarães, nasceu no Rio de Janeiro em Março de 1851, filho do primeiro Barão de Joane – Famalicão, Portugal – e de sua esposa brasileira, Praxedes de Sousa Ribeiro Guimarães. Veio para o reino ainda em criança, com nove anos de idade. Ingressa na Universidade de Coimbra e em 1876 doutora-se em Filosofia. Filia-se no Partido Regenerador, sendo depois eleito deputado. Toma a seu cargo a pasta das Obras Públicas. Em 1902 adere ao Partido Republicano e, entretanto, é escolhido para presidente do seu directório. Tudo isto vai

sendo conjugado com o seu cargo de lente de Antropologia na *Alma Mater*.



Bernardino Machado

Foi ele o primeiro professor de Antropologia Física da Universidade, e foi também Director do Museu Antropológico – para o qual vai adquirindo objectos que em muito contribuíram para o enriquecimento do seu espólio. Em 1907, em consequência da sua participação activa na greve da Universidade desse ano, abandona as suas funções de professor. Com a proclamação da República foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1910/1911, e de 1912 a 1914, primeiro Embaixador de Portugal no Brasil. Em 1915 é eleito Presidente da República Portuguesa; dois anos depois é deposto pela revolução sidonista que leva ao cargo Sidónio Pais, e empurra Bernardino para o exílio. Anos depois, em 1925, Bernardino Machado é reeleito Presidente da República. Em 1926 é novamente

deposto, desta feita pelo Golpe Militar de 28 de Maio que pôs termo à Primeira República Portuguesa e levou à instauração da Ditadura Nacional – mais tarde, Estado Novo. Faleceu no Porto, em 29 de Abril de 1944.

Em 1985, data das celebrações do primeiro centenário da criação da cadeira de Antropologia, introduzida no ensino universitário em 1885 por Bernardino Machado, foi descerrado um medalhão com a sua efígie no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

Outros brasileiros ilustres

Muitos vultos da cultura luso-brasileira estudaram, ou passaram por Coimbra, tal como já referimos. Algumas dessas personalidades, entre as tantas que ficarão por mencionar, mereceram destaque no conhecido manual *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, coordenado pela autora Maria Beatriz Nizza da Silva.

São, por exemplo:

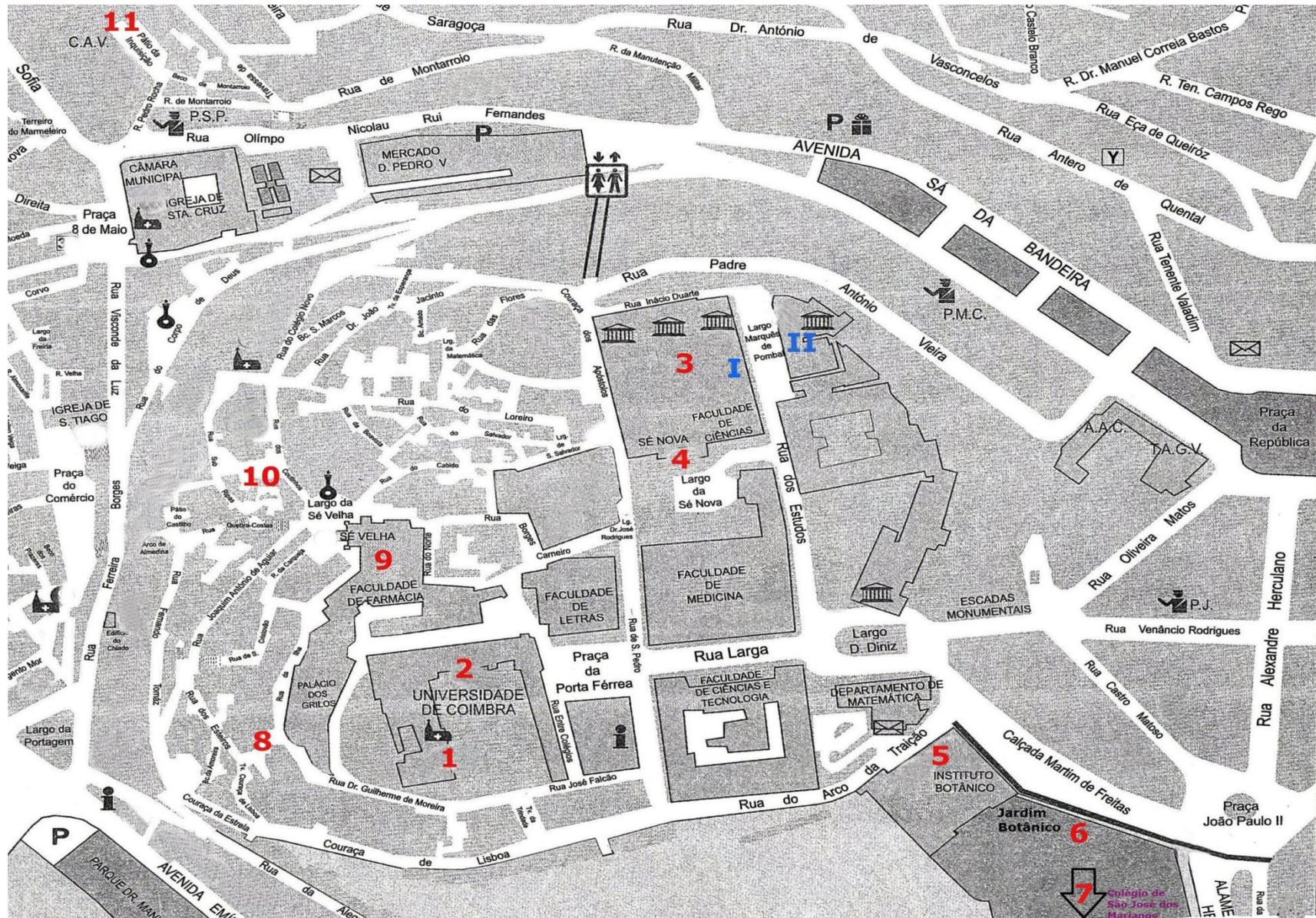
- Gregório de Matos, poeta, nascido na Baía em 1636, e falecido no Recife, em 1695;

- Sebastião da Rocha Pita, historiador e poeta, nascido em 1660 na Baía, e falecido em 1738 na mesma cidade;

- José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, eclesiástico, nascido em 1742 na Capitania do Rio de Janeiro, e falecido em Lisboa no ano de 1821;

- José Correia Picanço, médico, nascido no Recife em 1745, e falecido no Rio de Janeiro em 1823;
- Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta, nascido em Vila Rica em 1749, falecido no Rio de Janeiro, em 1814;
- António Rodrigues Veloso de Oliveira, magistrado e estadista, nascido em São Paulo, provavelmente entre 1750 e 1753, e falecido em 1824 no Rio de Janeiro;
- Manuel Arruda da Câmara, naturalista, nascido em 1752, e falecido em 1810, em Pernambuco;
- Francisco José de Lacerda e Almeida, cientista, nascido em São Paulo, provavelmente no ano de 1753, e falecido no continente africano;
- José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, eclesiástico, historiador e conselheiro do rei D. João VI, nascido no Rio de Janeiro em 1753, e falecido na mesma cidade em 1830;
- D. Rodrigo de Sousa Coutinho, político, nascido em 1755 em Chaves, falecido em 1812, no Rio de Janeiro;
- José da Silva Lisboa, jurista, economista e político, nasceu em 1756 na Baía e faleceu em 1835 no Rio de Janeiro;
- António de Moraes Silva, lexicógrafo e magistrado, nasceu em 1756 no Rio de Janeiro e faleceu em Pernambuco, no ano de 1824;
- José Maria Bomtempo, cientista e professor, nasceu em Lisboa no ano de 1774 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1843;
- Domingos Borges de Barros, político e poeta, nascido na Baía em 1780 e falecido em 1855;
- José Clemente Pereira, magistrado e político, nascido em 1786 em Castelo Mendo, e falecido em 1854 no Rio de Janeiro.

O Percurso



1. António Simões Ribeiro e a pintura dos tectos da Casa da Livraria

Antes de começar a falar do reitor-reformador D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, devemos admirar as belíssimas pinturas do tecto da Casa da Livraria, obra meio século anterior, ordenada por D. João V, e que se devem a um artista que haveria de ir para o Brasil, onde ganhou fama e proveito.

Sobre a biografia de António Simões Ribeiro sabe-se pouco: embora algumas fontes apontem como sua naturalidade a capital portuguesa, outros o adjectivam de escalabitano/santareno¹⁵. A data do seu nascimento é também uma incógnita. Contudo, e apesar das lacunas biográficas, é hoje reconhecido como um dos artistas de referência do panorama artístico luso-brasileiro do século XVIII, e comumente aceite como o pioneiro da pintura de perspectiva no nordeste brasileiro. Este tipo de pintura, também conhecida como *trompe l'oeil*, que sugere a tridimensionalidade, crê-se ter sido estudada por António Ribeiro, a partir da tradução da obra do italiano Andrea Pozzo, pintor e arquitecto italiano, mestre em pintura de ilusão – cujo expoente é a obra *A Glória*

¹⁵ Pedro Dias, *Coimbra, Guia para uma Visita*, 2.ª Edição, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002, p. 32. António Nogueira Gonçalves e Pedro Dias, *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*, 2.ª Edição, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 82. António Filipe Pimentel, *Bibliotecas, Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1989, p. 90. Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, II, Lisboa, 1947, p. 106. Pedro Ferrão, *A Construção da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra, Actas do Colóquio: A Universidade e a Arte, 1290-1990*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 102.

de Santo Inácio, pintada no tecto da Igreja de Santo Inácio, em Roma –, e autor do tratado *Perspectiva Pictorum et Architectorum*. Certo é o facto do pintor português ter deixado obra em Santarém – onde tudo indica que começou a sua arte –, em Coimbra, e posteriormente em Salvador da Baía, para onde se mudou em meados da década de 30 do século XVIII, e onde veio a falecer em 1755.

Na primeira das cidades referidas acima, Santarém, Simões Ribeiro executou pinturas no subcoro da igreja do Hospital de Jesus Cristo, trabalhou nas pinturas da igreja de São Martinho, assim como na sacristia da igreja de Santa Cruz da Ribeira.

Na capital da Baía, Salvador, foi contratado em 1735 para a pintura da abóbada da capela-mor da igreja da Misericórdia; no ano seguinte, para a pintura do forro da Sala Grande das Vereações do Senado da Câmara; em 1745 trabalha já na decoração da igreja do Convento do Desterro. A pintura do tecto da antiga biblioteca do Colégio dos Jesuítas, actualmente a Sé de Salvador da Baía, é também da sua mão. Lamentavelmente, parte da sua obra já desapareceu.

Para a Universidade, e juntamente com Vicente Nunes, António Ribeiro foi contratado em 1723, para pintar os três tectos da Casa da Livraria, ou *Biblioteca Joanina*, como é usualmente designada – obra que lhe deu a fama e notoriedade com que chegou ao Brasil. Sobre a bela biblioteca portuguesa falaremos especificamente, mais adiante nesta dissertação. É importante, ainda, referir que a técnica de Simões Ribeiro é associada à do pintor italiano de perspectiva, Vincenzo Baccherelli¹⁶. Baccherelli veio trabalhar para Portugal e foi, muito provavelmente, o

¹⁶ Pintor florentino, nascido em 1672 e falecido em 1745.

introdutor da pintura de *sotto in sù* no reino. É dele a magnífica pintura do tecto da portaria do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa – cuja influência é notada nos quatro tectos pintados por Ribeiro na Universidade.



Pintura de António Simões Ribeiro de um dos tectos da Casa da Livraria

António Simões Ribeiro é considerado por quem o analisa como um pintor rigoroso e perfeccionista, em cuja obra se nota o estudo, e a aplicação prática, dos conceitos estipulados nos tratados de quadratura em vigor à sua época. Também a ele se deve a pintura do tecto em perspectiva arquitectónica da Capela dos Reitores.

“A Todos este espaço se franqueia, de livros adornado: aqui entrando, os escriptores lêde, e sereis douto. E para o estudo vosso a norma é esta: leia e medite a mente; aponte a pena”¹⁷

É esta a tradução da inscrição em latim que figura sobre o portal de entrada da Casa da Livraria.

É com D. João V, o mais artisticamente barroco dos nossos monarcas, que se concretizará a Casa da Livraria da Universidade de Coimbra. Através do mecenato do rei cresce uma imagem de esplendor e glória de Portugal, claramente facilitada pelas enormes quantidades de ouro que haviam começado a chegar do Brasil – o erário régio assim enriquecido permitia o manifestar da opulência do país. É no reinado de D. João V que se afirma o barroco de raiz italianizante em Portugal, e grandes arquitecturas se erigem, tais como a Igreja do Menino Deus em Lisboa, a Casa da Livraria em Coimbra, ou o Palácio-Convento de Mafra – sendo que a construção deste último se iniciou no mesmo ano que o da livraria da Universidade, 1717, e deu origem a outra grandiosa biblioteca: a Biblioteca do Convento de Mafra. O incremento dos núcleos bibliográficos em consequência da política joanina de apoio à arte e à cultura, levou à necessidade de novas bibliotecas e ao reforço das já existentes. O interior destes templos de cultura e saber foram profusamente decorados. A Casa da Livraria, verdadeira jóia do

¹⁷ A.C. Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna*, Lisboa, 1886. Pedro Ferrão, “A Construção da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra”, *Actas do Colóquio: A Universidade e a Arte, 1290-1990*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 114.

património da Universidade, é disso um exemplo claro e é, também, através de todo o seu fausto e aparato, a mais pura representação do seu rei fundador.

As obras para a nova Casa da Livraria começaram no reitorado de Nuno da Silva Teles II, com o lançamento da primeira pedra em 17 de Julho de 1717, e vieram a terminar em Maio de 1728, já com o reitor D. Francisco Carneiro de Figueirôa. Contudo, devido à ausência de documentação que o comprove, não se conseguiu determinar quem foi o arquitecto autor do plano. É Gaspar Ferreira quem reúne maior consenso, apesar de não ser ele o autor do projecto, pois a primeira referência ao seu nome surge em 1718 como mestre-de-obras – ou seja, um ano depois do começo dos trabalhos. É dele a responsabilidade da condução, e da interpretação, do plano da Casa da Livraria. Quanto aos materiais usados na construção, foram, entre outros, a pedra calcária – a maior parte oriunda de Cantanhede e de Coimbra – e a madeira, proveniente de diversas zonas do país, e do Brasil – ébano, petiá, gandarú, pau-rosa.

O tecto da primeira sala representa uma figura feminina, a Universidade, e *putti* com livros. Livros esses que encherão a biblioteca. Na sanca, por sua vez, estão pintadas quatro alegorias femininas representando os quatro continentes que se conheciam à data, transmissores de conhecimento: Europa, América, Ásia e África.

O tecto da sala do meio tem também no centro a figura da sabedoria, igualmente com pequenos anjos e duas tarjas com escritos

em latim – *Universitas e Claudite jam rivos pueri sat prata biberunt*¹⁸. Assim como na sala da entrada, também nesta aparecem na sanca quatro figuras femininas, mas desta feita simbolizando a Fortuna, a Fauna, a Virtude e a Honra: os predicados necessários para se alcançar a *Sabedoria*.

O terceiro tecto simboliza o *Conhecimento* que os cursos proporcionam. Outras duas tarjas estão pintadas: uma contendo a palavra *Enciclopedia* e outra com a legenda *Dabitur telluris operta subire auricomos siquis de cerpserit arbort foetus virg aened*¹⁹. E novamente na parte inferior da pintura, outras quatro alegorias. Representam a Justiça, a Teologia e os Cânones, as Artes e as Ciências da Natureza.

Na parede do fundo defronte à porta de entrada, deparamo-nos com o retrato do magnânimo monarca, D. João V.

Por último, cumpre referir que a biblioteca abriu à utilização pública apenas no reinado de D. Maria I, já em 1777.

¹⁸ *Claudite jam rivos pueri sat prata biberunt: Fechai agora os riachos, meninos, os prados beberam bastante - Virgílio.*

¹⁹ *É impossível entrar nos segredos da Terra sem se colher da árvore da ciência as folhas de ouro – tradução nossa.*

2. O Paço das Escolas e as obras de D. Francisco de Lemos

Pereira Coutinho

“Eu porei em entendi até agora, e entenderei sempre, que as cousas não são boas, por que são custozas, e Magnificas; mas sim, e taõ somente, porque são próprias, e adequadas para o uso, que dellas se deve fazer.”

O reitor e bispo-conde de Coimbra, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nasceu em Marapicu, Rio de Janeiro, em Abril de 1735. Estudou nas escolas jesuítas do Rio e depois rumou a Portugal, à *Alma Mater*, para estudar Direito Canónico. Recebe o grau de doutor com apenas 19 anos de idade, em 1754. É nomeado reitor da Universidade de Coimbra pelo Marquês de Pombal em 1770. É também chamado para membro da Junta de Providência Literária, da qual iriam emanar os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. O Marquês nomeia-o reformador da universidade, cargo a exercer juntamente com o reitorado. Entretanto, D. Francisco é eleito vigário capitular e bispo coadjutor de Coimbra. Em Abril de 1774 é confirmado como bispo por bula, e torna-se efectivamente bispo titular da diocese de Coimbra em 1779, deixando assim a reitoria da Universidade. Contudo, em 1799 é nomeado uma vez mais reitor-reformador e mantém o cargo até à exoneração a seu pedido, em 1821.



D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho

É, então, com D. Francisco de Lemos que se inicia a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra em 1772, e que consistirá na construção de grandes obras e renovação de outras tantas. A saber: o Laboratório Químico, a Imprensa da Universidade, o Museu de História Natural, o Jardim Botânico e o Paço das Escolas – compreendendo os trabalhos na fachada norte deste último, na Via Latina, nas salas do Paço Reitoral, nos Gerais e no antigo Observatório Astronómico. Com D. Francisco ocorre a transferência do Cabido e da Sé Catedral para a antiga igreja do Colégio da Companhia de Jesus.

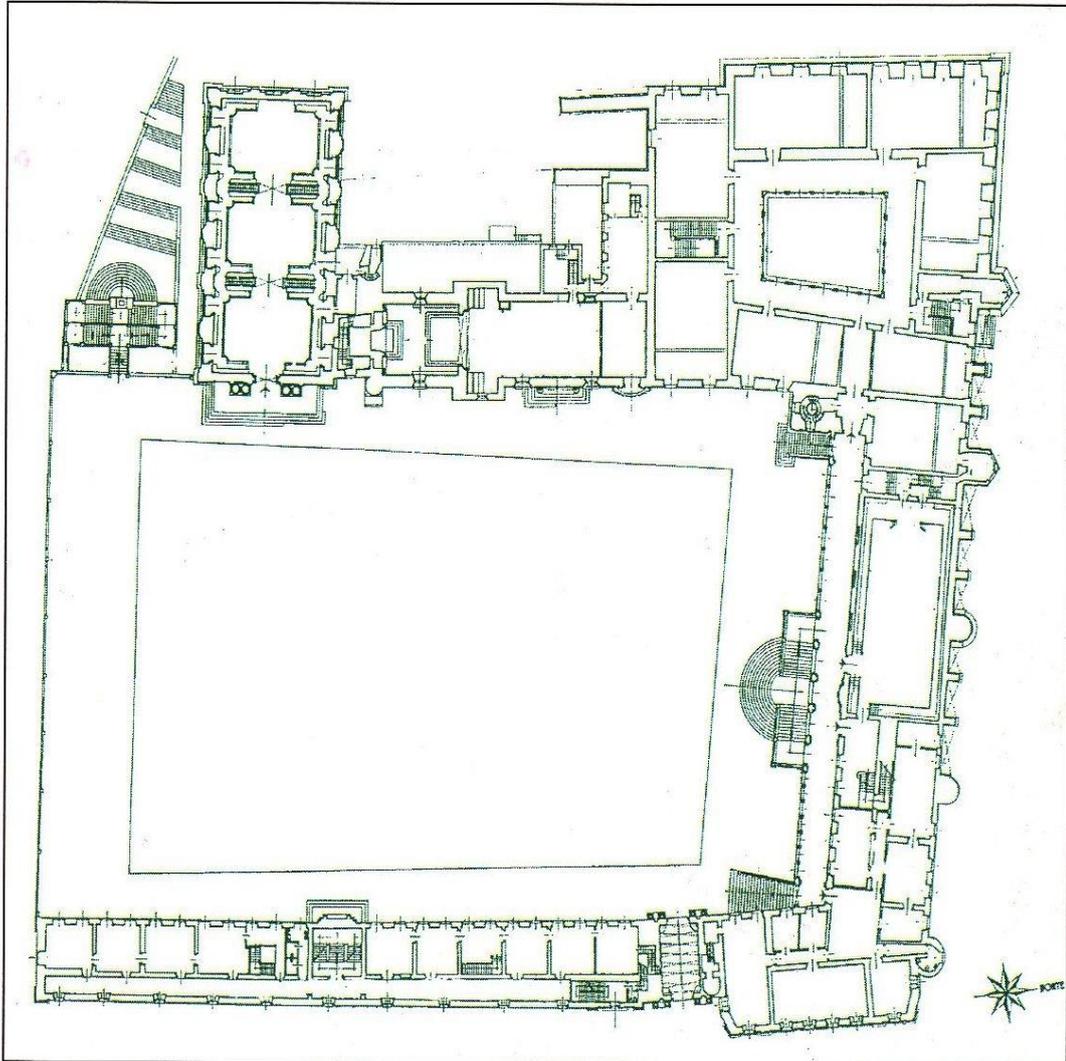
A reforma educativa levada a cabo por Pombal não se restringiu apenas às obras realizadas nos edifícios escolares, mas também a todo um novo método de estudo e de ensino, substancialmente baseado nos

princípios básicos plasmados no *Verdadeiro Método de Estudar*, obra máxima de Luís António Verney, publicada em 1746.

Sebastião José de Carvalho e Melo, empenhado como estava no reforço do poder régio, expulsara do país a Companhia jesuíta, pois a sua influência em Portugal, era uma ameaça ao poder absoluto do monarca. Com a expulsão da Companhia fecham também as suas escolas e o ensino deixa de estar nas mãos dos jesuítas. Este é o primeiro passo da Reforma. O segundo passo será a renovação dos estudos maiores: a Universidade. Passa-se das quatro faculdades existentes – Leis, Cânones, Teologia e Medicina –, para seis – com Matemática e Filosofia. Fazem-se novos programas, trazem-se novos professores e começa uma “*odisseia construtiva que envolveu toda a Universidade a partir de 1772*”²⁰. Chega a Portugal para esse efeito, em 1773, o arquitecto inglês com a patente de tenente-coronel do Exército, que vai tentar cumprir os desejos do Marquês de Pombal na modernização da arquitectura portuguesa, Guilherme Elsdén. Serão dele os projectos para o Laboratório Químico, para a Imprensa da Universidade, para o Jardim Botânico e para o Museu de História Natural, entre outros.

Começaremos pela Via Latina.

²⁰ Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1990.



Planta do Paço das Escolas

a) A Via Latina



Corpo central da Via Latina, no Paço das Escolas

Foi com D. Francisco de Lemos, na segunda metade do século XVIII, que surgiu a Via Latina no interior do Paço das Escolas, hoje tão identificadora da Universidade conimbricense. É constituída por um corpo de aparato que vai desde o Paço Reitoral, do século XVII, até à Torre, construída no século XVIII. Além de conferir grandiosidade à fachada principal, facilitou os acessos entre várias dependências, nomeadamente à Sala dos Capelos, aos Gerais, à Sala do Senado, à Sala do Exame Privado, entre outras.

b) As salas do Paço Reitoral



Sala dos Archeiros, no Paço Reitoral da Universidade de Coimbra

A Reitoria da Universidade de Coimbra ocupa o espaço entre a Sala Grande dos Actos e a Porta Férrea, e foi também alvo da reforma executada por D. Francisco. Os estilos dominantes no interior são o rococó e o neo-clássico. A Sala dos Archeiros, a Sala Amarela e a Sala Azul têm tectos de estuques do século XVIII. O tecto do gabinete do reitor é constituído por painéis de maceira, decorado com grutescos. Já o tecto da capela privativa da reitoria, ao estilo barroco, está pintado com frescos *trompe l'oeil*. Todas as salas da Reitoria têm silhares de azulejos fabricados em Coimbra.

c) Os Gerais



Os três pisos dos Gerais

Também os Gerais construídos sobre parte do antigo Paço da Rainha, e onde hoje funciona a Faculdade de Direito, foram remodelados aquando da Reforma Pombalina da Universidade. Os trabalhos estiveram a cargo do mestre Manuel Alves Macomboa, assim como de José Carvalho. O terceiro piso, por exemplo, foi acrescentado no reitorado de D. Francisco de Lemos. A sua influência ficou marcada nos azulejos saídos das olarias de Coimbra, de estilo rococó, que revestem quer o corredor baixo, quer os interiores.

d) O Observatório Astronómico



O Observatório Astronómico setecentista, no Paço das Escolas

Os Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra impressos em 1772 são claros quanto à necessidade de um observatório astronómico, já que até aí as observações dos astros eram feitas do alto da torre sineira do Paço das Escolas, razão pela qual aquela foi concebida com um pátio no topo e não com uma cúpula. Transcrevo: *“Mando, que na Universidade se estabeleça um Observatório; assim para que os Estudantes possam nele tomar Lições de Astronomia Prática; como também para que os Professores trabalhem com assiduidade em fazer todas as Observações, que são necessárias para se fixarem as Longitudes Geográficas; e rectificarem os Elementos fundamentais da mesma Astronomia (...)”*²¹.

²¹ Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772.

Nesse mesmo ano, o observatório foi previsto para a área do antigo castelo na Alta de Coimbra, tendo Guilherme Elsdén desenhado o plano. Contudo, apesar de em 1774 estar já em construção, foram abandonados os trabalhos pelo alto custo que comportavam. Optou-se então por um observatório interino, que foi construído em frente à Casa da Livraria, segundo projecto e orientação de Manuel Alves Macomboa. Compunha-se de um corpo horizontal de um só piso, e de uma torre, a partir do vão central, com três pisos. Ficou concluído em 1799. A obra definitiva, de feições clássicas, desenhada pelo mestre Macomboa, manteve-se no Paço das Escolas até ao século XX.

Actualmente, o observatório astronómico da Universidade de Coimbra, inaugurado em 1951, situa-se em Santa Clara, na margem esquerda do Mondego, e possui uma colecção de peças, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, que vão desde instrumentos astronómicos de medição e de observação a cartas e mapas celestes, entre outras.

e) A fachada norte do Paço das Escolas



A fachada norte do Paço das Escolas

Também a fachada norte, claramente medieval, do Paço Real, sofreu alterações “pelas mãos” de D. Francisco de Lemos, que mandou substituir as grades por uma galeria com janelas, entretanto remodelada no século XX. O terraço em frente da fachada foi, igualmente, reformado pelo Bispo Conde, tendo sido erigido o muro de suporte do terreno.



Vista da Alta de Coimbra, onde ainda se pode ver o antigo Observatório Astronómico



O Largo da Porta Férrea, a Rua Larga e o antigo edifício da Faculdade de Letras

3. As obras dedicadas às Ciências Naturais promovidas por D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho

I. O Museu de História Natural

A grande construção, cuja fachada atinge os 110 m de comprimento e os 10 m de altura, pertence ao quadrilátero do antigo colégio da Companhia de Jesus, proscrita em 1759. Em Outubro de 1772 D. José I autoriza o Marquês de Pombal a escolher o melhor fim para o edifício, de acordo com o plano de Reforma para a Universidade. A reconstrução começa em Março de 1773. Esta foi a primeira obra nacional, e uma das primeiras em todo o mundo, dedicadas à Experimentação e às Ciências da Natureza. A parte que não foi usada pela Universidade – a igreja, a sacristia, o claustro e o corpo sul – foi cedida pelo Marquês ao Cabido, processando-se assim a transferência deste e da Sé Catedral para a antiga igreja privativa do Colégio da Companhia de Jesus, que viria a ficar conhecida como *Sé Nova*. Trabalharam nas obras de reconstrução os mestres Manuel Alves Macomboia, José Carlos Magne, Joaquim de Sousa, António Rainho, Eusébio Vicente Valido e José do Couto. O primeiro destes mestres, aliás, manteve-se ao serviço da Universidade desde 1773 até aos inícios do século XIX – pois em 1805, Macomboia requer ser “*aleviado dos trabalhos mais peizados*”, devido à sua idade avançada e estado de saúde, mas só em finais de Janeiro de 1812 a Junta da Fazenda reconhece ao mestre que está impossibilitado de continuar ao serviço da Universidade. Manuel Alves Macomboia teve, de resto, uma importância

fulcral na Reforma Pombalina da Universidade. É chamado à cidade para exercer as funções de mestre de carpintaria, que depressa acumulará com as de mestre de alvenaria e, a partir de 1777, com o afastamento do inglês Guilherme Elsdén, Macomboia passa a estar responsável, de uma forma ou de outra, por todas as obras da Universidade.



Fachada do edifício do Museu de História Natural

Assim, teve uma relevância excepcional, pois acaba por ser ele o executante dos desígnios de Pombal, levando a cabo os projectos de Elsdén, fazendo a transição do barroco para o neoclássico – o movimento artístico e cultural surgido no século XVIII. As plantas dos novos edifícios desenhadas por Elsdén, ajudado pelos seus colegas oficiais, nomeadamente pelo Capitão Isidoro Paulo Ferreira, são rapidamente executadas. Em 1773, o Dr. Domenico Vandelli trabalhava

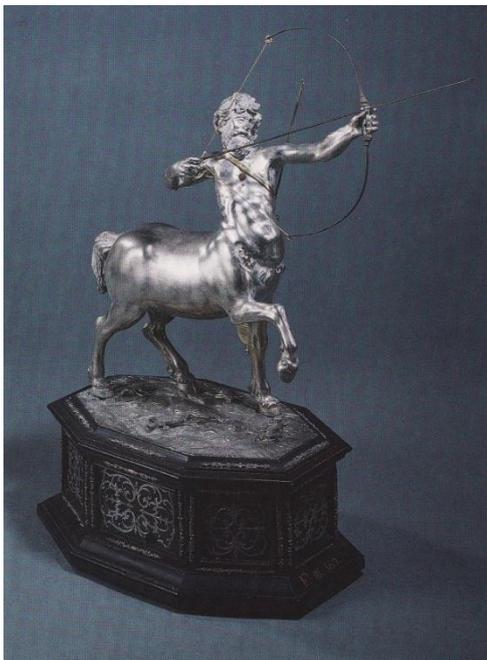
já na formação do Museu de História Natural e, no primeiro mês de 1774, o reitor-reformador D. Francisco de Lemos dava conta ao Marquês do grande adiantamento das obras. Com efeito, em fins de 1775 o grosso das obras estaria concluído, e é a vez do Marquês escrever ao reitor dando conta do seu agrado pela rápida execução dos edifícios do “Musêo, do Laboratorio, e do Hospital”²².

No interior deste edifício funciona o Museu de Física, o sucessor do Gabinete Pombalino, criado na sequência da reforma de 1772 e exactamente com o fim de ser um gabinete científico, equipado com os melhores instrumentos de experimentação da época.

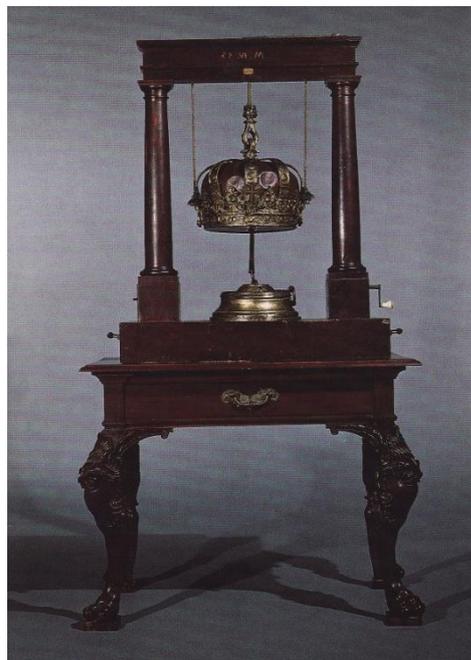


Conjunto para o estudo da porosidade, século XVIII – Museu de Física

²² Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, p. 23.



Centauro de prata, século XVIII
Museu de Física



Magnete chinês contido numa
coroa, século XVIII
Museu de Física

O Museu de História Natural integrava ainda o Museu Mineralógico e Geológico, o Museu Zoológico, o Museu Antropológico e o Museu Botânico – os dois últimos instalados no edifício do Colégio de São Bento, e dos quais falaremos mais à frente nesta dissertação.

▪ O Museu Mineralógico e Geológico

O museu dedicado à geologia e à mineralogia é um dos pioneiros, desta área, em toda a Europa. As primeiras colecções do museu terão pertencido ao professor Domenico Vandelli, que foi também director do museu, e a José Rolleen Van-Deck, capitão-de-mar-e-guerra, chefe da missão diplomática para a paz em Marrocos no século XVIII, e que deixou a sua colecção particular em testamento à Universidade de Coimbra.

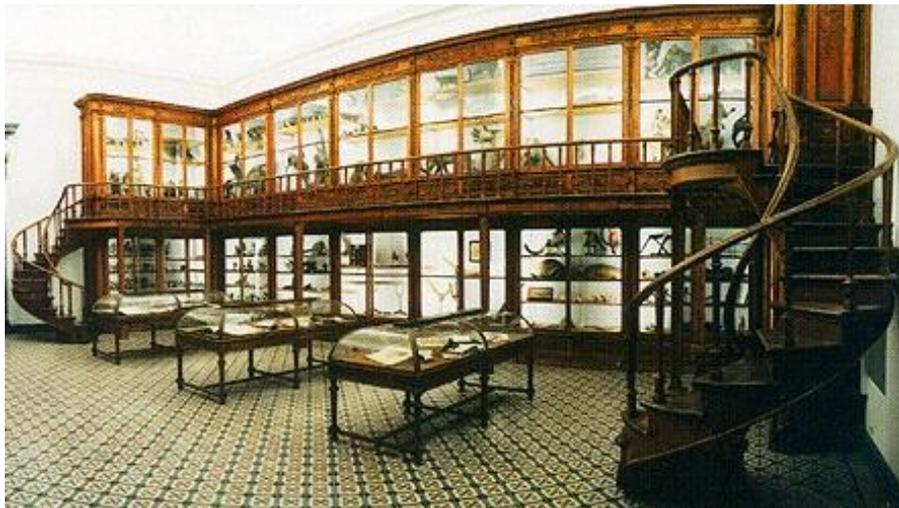


Galeria José Bonifácio de Andrada e Silva,
no Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra

▪ **O Museu Zoológico**

Por sua vez, a unidade museológica referente ao estudo dos animais, ocupa o lado direito do primeiro andar do edifício pombalino, ocupando uma área de 3500 m². O seu surgimento está intrinsecamente relacionado com a Faculdade de Filosofia, instituída pela reforma do Marquês. Aí passa a ser leccionado o Curso de Ciências Físicas e Naturais, facto que, a par com o desenvolvimento da zoologia, faz nascer a necessidade de um gabinete de colecção destinado ao tema. Tal como o Museu de Geologia e Mineralogia, as suas primeiras colecções pertenceram a Vandelli e a Van-Deck. Posteriormente, foi sendo enriquecido com os espécimes e objectos recolhidos nas explorações/viagens científicas realizadas por investigadores, tais como Manuel Dias Baptista, discípulo de Vandelli, Alexandre Rodrigues

Ferreira, empreendedor da *Viagem Philosophica* ao Brasil, e mais tarde pelos contributos de José Vicente Barbosa du Bocage, professor e zoólogo, nascido em 1823, que partilha o apelido com o primo poeta, Manuel Maria Barbosa du Bocage.



Sala do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra

Foi feito o esforço para manter no espaço museológico quer a estrutura, quer o mobiliário originais – peças do século XVIII e XIX, que constituem assim parte integrante do espólio do museu. Com o passar do tempo e conseqüente crescimento do museu, desenvolvem-se secções voltadas para o estudo da fauna do continente português e das suas Colónias. O museu ganhou autonomia em 1911 com a criação da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, separando-se das restantes secções museológicas.

II. O Laboratório Chímico

Em frente ao Museu de História Natural, também na Praça do Marquês de Pombal portanto, fica o Laboratório Chímico, projectado igualmente por Guilherme Elsdén, no mesmo estilo neoclássico na moda à época. Além de Macomboa, trabalharam nesta obra, considerada uma das mais relevantes do neoclassicismo em Portugal, José da Maia, Luís Francisco e José Baptista Freire. Ocupa o espaço das cozinhas do antigo colégio jesuíta, e o plano é em forma de L. O corpo central ostenta quatro colunas dóricas na entrada principal e pilastras dóricas ao longo da restante fachada. É rematado por um pomposo frontão triangular. O coroamento foi construído já no século XIX.



Laboratório Chímico da Universidade de Coimbra

Esta construção é actualmente o albergue do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, e o seu magnífico restauro contribuiu quer para a Menção Honrosa do Museu do Ano da APOM, a Associação Portuguesa de Museologia, em 2007, quer para a atribuição em 2008 do prémio Micheletti para melhor museu europeu do ano, na categoria de ciência e tecnologia, atribuído em Dublin, na Irlanda. Também os arquitectos deste projecto de requalificação e adaptação à função museológica, João Mendes Ribeiro, Desirée Pedro e Carlos Antunes, viram o seu trabalho distinguido com o Prémio de Arquitectura Diogo de Castilho, atribuído em 2007.

Trata-se de um museu moderno e inovador, cujas colecções científicas são, por seu turno, as mais antigas do país e consequentemente as mais significativas.

4. O padre António Vieira e o Colégio da Companhia de Jesus

O Colégio da Companhia de Jesus em Coimbra foi o primeiro Colégio Jesuíta do mundo e começou a ser construído em 1547. A sua fundação é devida ao Padre português Simão Rodrigues, um dos sete fundadores da Companhia, colega de Inácio de Loyola, que havia chegado a Coimbra em 1542. A que é hoje chamada de Sé Nova, assim denominada por ter sido transferida a catedral da Sé Velha para esta, em 1772, foi a igreja privativa do Colégio da Companhia.



A igreja da Companhia de Jesus e parte do edifício que constituía o colégio

As suas obras tiveram início em 1598, mas culminaram largos anos depois, sendo sagrada em 1640 e inaugurada como templo um século depois do começo da construção. Na sua fachada estão patentes as duas fases de construção: os dois terços inferiores de linhas clássicas, acolhem as estátuas dos santos jesuítas São Francisco Xavier, São Francisco de Borja, São Luís Gonzaga e Santo Inácio de Loyola. O terço superior, mais tardio, é já ao gosto barroco.

O interior é constituído por uma nave única, de tecto abobadado, flanqueada por capelas, transepto curto, e cujo cruzeiro suporta cúpula e lanternim. Este esquema, aliás, era comumente seguido pelos jesuítas, inspirado na Igreja de Jesus de Roma, da autoria do arquitecto italiano conhecido como Vignola. Os magníficos retábulos de talha dourada da capela-mor e do transepto embelezam o templo. Os púlpitos são também dignos de interesse: situados quase a meio da igreja para que os fiéis estivessem mais próximos do seu orador, conforme as orientações surgidas com a Reforma Católica, têm aplicações douradas, guarda-vento entalhado e candeeiros flamengos. Datam de 1700, executados pelo marceneiro Azevedo Fernandes.

Falemos agora do padre António Vieira. Nascido em Lisboa na freguesia da Sé, corria o ano de 1608, é apelidado por Fernando Pessoa, que a seguir transcrevemos, de *“Imperador da língua portuguesa”*:

“O céu strela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e à gloria tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também.

*No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro do luar,
El-Rei D. Sebastião.*

*Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
É um dia; e, no céu amplo de desejo,
A madrugada irreal do Quinto Império
Doira as margens do Tejo.”²³*

Filho de Cristóvão Vieira Ravasco e de Maria de Azevedo, foi baptizado com o nome António, muito provavelmente em homenagem ao Santo do mesmo nome, nascido em Lisboa e falecido em Pádua. Tinha sangue mestiço e era de origem modesta, embora o Padre André de Barros – o primeiro a realizar a sua biografia – com intenções laudatórias, lhe atribua ascendência nobre. O pai partiu para o Brasil, em 1609, como escrivão da Relação da Baía, indo Vieira morar com a família neste destino em 1614. Nesta altura contava seis anos de idade, e por razão havia que entrar para uma escola, sendo que o Colégio da Companhia de Jesus era a única opção possível. Um modelo educativo baseado nos *Studia Humanitatis*, onde a Gramática, a Poesia, a História, a Filosofia e a Retórica, eram as principais disciplinas que guiavam à altura o ensino, não faltando a opção da Teologia, para quem optasse seguir a carreira eclesiástica. E é o que acontece a António Vieira.

²³ Fernando Pessoa, “António Vieira”, *Mensagem*.



Gravura do livro de André de Barros,
Vida do Apostolico Padre Antonio Vieira

Aos 15 anos de idade decide ser jesuíta contra a vontade da família, principalmente do pai, e pretende iniciar o noviciado no Colégio de Santo Inácio de Loyola. É então enviado para a missão do Espírito Santo e é aqui que, pela primeira vez, tem contacto com os índios e toma gosto pela vida de missionário. Em 1625 acaba o noviciado e faz os seus votos de castidade, pobreza e obediência. Em 1626 ensina Retórica no Colégio de Olinda. Continua a sua formação teológica, continua a sua missionação, e vai se estreado como pregador, sempre atento à política e problemas sociais que o rodeavam. Os holandeses atacam as possessões portuguesas em Terras de Vera Cruz, e Vieira profere um dos seus célebres discursos, *O Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de*

Portugal Contra as de Holanda, por volta de 1640, como acérrimo defensor da pátria que sempre foi. Entrementes, fervilha em Portugal o movimento político da Restauração. D. João IV, Duque de Bragança, recupera o trono luso. É por esta altura que Vieira regressa a Portugal acompanhando D. Fernando de Mascarenhas, filho do Vice-Rei, e Simão de Vasconcelos, mostrando a adesão do Brasil à causa restauracionista. São recebidos em Lisboa pelo monarca, em 30 de Abril de 1641. Nasce estreita amizade entre o famoso orador e o rei. Começa Vieira a defender veementemente D. João IV, querendo fazer crer que este é o rei prometido por Deus a D. Afonso Henriques em 1139, aquando da Batalha de Ourique, para fazer de Portugal o Quinto Império, assim como o anunciado por Bandarra nas suas trovas. São os versos compostos por Pessoa relativos a esta personagem que de seguida transcrevemos.

*“Sonhava, anónimo e disperso,
O Império por Deus mesmo visto,
Confuso como o Universo
E plebeu como Jesus Cristo*

*Não foi nem santo nem herói,
Mas Deus sagrou com Seu sinal
Este, cujo coração foi
Não português mas Portugal.”*

É neste ponto que interrompemos a biografia de António Vieira, para retomá-la mais à frente nesta dissertação.

5. As colecções de História Natural brasileira

As colecções de História Natural encontram-se hoje no antigo colégio de São Bento, pertencente à Ordem com o mesmo nome, e que tem como data de fundação, por Frei Diogo de Murça, o ano de 1555 – apesar das obras de construção só se terem iniciado cerca de vinte anos mais tarde. É provável que o arquitecto responsável pelo seu projecto tenha sido Afonso Álvares, ao qual terá sucedido o sobrinho, Baltazar Álvares. Fica situado no Largo da Praça D. Dinis, ao lado do começo do Aqueduto de São Sebastião. Os trabalhos decorreram ao longo de largos anos, pois a grande igreja privativa do colégio ficou concluída apenas em 1634. Esta igreja, aliás, viria a ser destruída em 1932 na sequência da construção da Cidade Universitária. Assim sendo, o que resta até aos dias de hoje é o edifício do colégio.

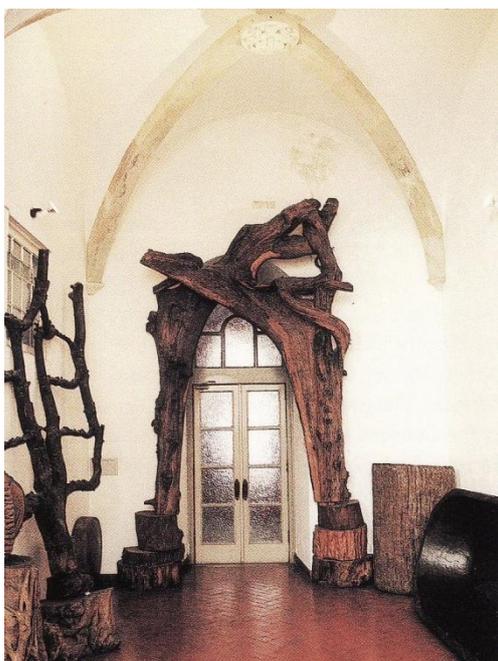
Hoje funcionam no seu espaço o Museu Botânico e o Museu Antropológico da Universidade de Coimbra; neles, falaremos de seguida.

▪ O Museu Botânico

No museu botânico há variadíssimas espécies vindas do Brasil e, tal como os outros da área da ciência, também ele resultou da reforma dos Estudos Superiores levada a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo.

Do acervo do museu fazem parte frutos, quer conservados em álcool, quer secos, resinas, madeiras brasileiras e africanas, fósseis vegetais, modelos representando frutos e flores, peças de artesanato... O

antigo mobiliário que serve de expositor, microscópios do século XIX, lentes e aparelhos científicos, também eles com provecta idade, são parte integrante do tesouro botânico pertencente ao museu.



Vista do interior da entrada do
Museu Botânico



Modelo de flor, em exposição
no Museu Botânico

▪ **O Museu Antropológico**

O museu dedicado à Antropologia está igualmente instalado no edifício do Colégio de São Bento e, tal como o Museu Botânico, pertencia ao Museu de História Natural surgido com a Reforma do Marquês de Pombal.

O museu alberga importantes colecções etnográficas, sobretudo oriundas das antigas colónias portuguesas, e variados artefactos oriundos do Brasil, nomeadamente o material recolhido por Alexandre Rodrigues Ferreira na viagem filosófica de nove anos pela Amazónia.

É essencialmente este último que nos merece destaque. Entrou na posse da Universidade em 1806, no cumprimento de um acordo estipulado em 1801, vindo do Real Museu da Ajuda. É feita então uma primeira relação daquele material, através do documento que é enviado conjuntamente com a transferência do acervo. Integra exemplares de produtos *naturaes* e exemplares de produtos *industriaes*. Dos naturais, engloba os três reinos: Animal, Mineral e Vegetal. Do reino Animal chegaram tamanduás, tatus, preguiças, açores, galhas, répteis e serpentes, insectos, moluscos, bivalves e univalves, entre outros.



Edifício do Colégio de São Bento, onde se situa actualmente o
Museu Antropológico

Do reino Mineral, por exemplo, foram enviadas areias e argilas, pedras – amostras de linho fóssil, mica, talco verde... –, mármores, ametistas, topázios, safiras e ágatas. Já do reino Vegetal a lista é ainda mais

extensa, integrada por grupos de diferentes tipos: raízes – ex: ipecacuanha, caninana –, cascas e entrecascas – ex: *canella* do Rio de Janeiro, da *Bahia*, de Pernambuco, cravo do Maranhão –, fios, fibras e cordas – ex: malvaíscos do Brasil –, féculas – ex: anil –, óleos, gomas e resinas – ex: goma de acaju do Pará, borracha ou resina elástica –, madeiras – ex: angelim, sapucaia, tabocas. Dos artefactos *industriais* foram recebidos cintos, enfiadas de argolas, cordões e braçadeiras de penas, cordões de atar o cabelo, abanicos de penas... Ainda, “*farças e mascaradas para os bayles*” em grande número e de relevante interesse etnográfico; “*armas e utensílios dos Índios*”; serviços de cama, nos quais entram as macas e redes de dormir; serviços de mesa compostos por terrinas, travessas, tigelas, chávenas e cálices, entre outros, a maior parte feitos da casca do fruto da Cuieira. No grupo denominado de “*outros móveis e utensílios*”, vieram exemplares de aparelhos de tomar tabaco e de caixas de tabaco, do povo do Rio Negro, figuras de ornato, rocas de divertir crianças, das índias do Pará. Vieram artefactos para produzir “*música festiva*”, de sopro e de percussão; vieram armas de tiro – arcos, flechas, zarabatanas – e “*armas de bater de perto*” – braçangas, estrepes; vieram insígnias militares – “*bandeiras dos negros*”. Pela lista acima, da qual mencionamos apenas alguns exemplos, afere-se de imediato da importância etnográfica que a recolha feita por Alexandre Rodrigues, e seus companheiros de viagem, assume – o próprio tem disso noção, pois escrevera em carta de 1786 que “*o serviço é de natureza tal, que em uma parte se principia e em outra se acaba, quanto mais se prolongar a colecção dos produtos, mais se retardará o*

conhecimento individual de cada um no confuso caos de milhares de produções diversas”.

Este importante património chega inclusivamente a ser cobiçado por Geoffroy Saint-Hilaire, acompanhante do General Jean Andoche Junot, que acaba por levar parte dele para França em 1808. Entretanto, o cenário político do país nesta altura leva à descoordenação científica e cultural do reino. Assim, e devido à degradação do “Museu e Horto Botânico d’ Ajuda”, um decreto de D. Maria II faz incorporar as colecções no Museu de História Natural da Real Academia das Ciências de Lisboa. Deste, passa parte do acervo para a Escola Politécnica. O périplo, porém, estava longe de acabar aqui. Eis alguns destinos do material: D. João, príncipe regente, ao mudar-se para o Brasil levou com ele algumas colecções; no entanto, outras viajaram igualmente para o Rio de Janeiro, com destino ao Museu fundado pelo monarca; Vandelli, por determinação régia, havia entregado objectos da colecção ao General Lasnes, embaixador francês em Portugal; por sua vez, em 1892 a Academia das Ciências envia para Madrid o espólio para ser exibido na Exposição “Histórico-Europea” e, finda esta, o mesmo não regressa na íntegra a Lisboa; a juntar a isto, também a permuta de exemplares entre instituições era comum à época. O precioso material recolhido por Alexandre Rodrigues Ferreira que resistira ainda, apesar da diáspora a que foi sendo submetido, acaba por fenecer no incêndio de 1978 que consumiu o Museu Bocage, secção do Museu de História Natural anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa. Contudo, é de salientar que o fogo poupou parte do arquivo, e desta forma foram salvas valiosas cópias. O núcleo etnográfico, e parte do documental, respeitante à recolha do

naturalista havia ficado fora da transferência decretada por D. Maria II, e por essa razão salvou-se igualmente. Como que profetizando tudo isto, encontramos na correspondência do próprio Alexandre Ferreira a sua preocupação expressa: *“e esta é a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penosíssimo trabalho, que todas elas costumam em observar, recolher e preparar sobrevirá a desgraça, de chegarem mal acondicionadas”*...

Voltando ao Museu Antropológico, cofre de grande parte do tesouro acima referenciado, cumpre assinalar que a instituição dispõe desde 1852 de uma biblioteca especializada, com obras de rara beleza tipográfica. O espaço guarda, igualmente, colecções osteológicas de reconhecido valor científico.

Mas cabe aqui uma referência mais explícita, e mais completa, a Alexandre Rodrigues Ferreira e à sua expedição.

“ (...) Attesto, que havendo servido de Demonstrador de Historia N.^{al} na Universid.^e de Coimbra emq.^{to} estudante p.^{los} annos de 1777 e 1778 o D.^{or} Alexandre Rodrigues Ferreira, sem por isso perceber da Universid.^e emmolum.^{to} algum, aos 15 de Junho de 1778 foy mandado partir para Lx.^a, por ter sido nomeado Naturalista, p.^a a viagem Filozofica do Brasil, na conformidad.^e das ordens, que p.^a esse fim expedio o Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} S.^r Martinho de Mello e Castro. Item, que em Novr.^o do dito anno p.^{lo} m.^{mo} Secret.^o de Estado foy mandado vizitar a Mina de Carvão de pedra de Buarcos, p.^a cujo fim lhe subministrey as Instrucçoens necess.^{as}, adiantando-lhe o dinheiro das dispezas, que fez em cinco dias, que se demorou

ate voltar a Lx.^a a dar conta do negocio da sua commissão. E finalm.^e que em todo o tempo que decorre desde 15 de Julho de 1778 ate Ag.^{to} de 1783 esteve sempre prompto, e applicado em fazer as experiencias, que lhe erão consignadas; examinar, e reduzir os Productos do Real Gabinete; percebendo por isso de S. Mag.^e a q.^{tia} de 200\$ rs de comedorias por anno, e cazas pagas. O que tudo por assim ser, e elle mo pedir que o attestase, attesto; e, a ser preciso, juro p.^{lo} meu grau; fazendo escrever esta Attestação, que assigno.

Hoje 14 de Ag.^{to} de 1783 a. Domingos Vandelli.”²⁴

Em 1756, na Baía, nascia o filho do comerciante Manuel Rodrigues Ferreira, Alexandre Rodrigues Ferreira. Em Julho de 1770 Alexandre chega a Portugal, e matricula-se no Curso Jurídico da Universidade de Coimbra. Com a Reforma Pombalina da Universidade começada em 1772, o curso jurídico é interrompido e Alexandre Rodrigues Ferreira acaba por se inscrever, em 1773, no Curso de Leis, e depois no de Filosofia Natural. Em 1778, já bacharel, é escolhido pelo naturalista Vandelli para integrar uma equipa de cientistas cujo objectivo será a realização de viagens de cariz científico pelos territórios ultramarinos. Para tal, será necessária uma formação – nomeadamente, para distinguir as espécies nativas, daquelas que seriam identificadas nas colónias – e Alexandre Ferreira tê-la-á no Real Museu da Ajuda, melhorando quer a teoria, quer a experiência prática. E assim conclui o seu doutoramento em 1779. Quatro anos depois, parte Alexandre Ferreira para a “viagem

²⁴ Carta do professor Vandelli sobre a *probidade científica* de Alexandre Rodrigues Ferreira.

filosófica” ao norte do Brasil, com a incumbência de remeter ao reino amostras de minerais, de plantas e animais, de descrever os costumes locais e utensílios utilizados, e até mesmo escrever comentários políticos e filosóficos sobre os lugares que visitava. Outras viagens com os mesmos objectivos foram organizadas por Portugal neste período: a vários locais do Brasil; a Cabo Verde; a Angola; a Moçambique; e a Goa. Estas expedições caracterizavam o espírito naturalista que se vivia na época, pois o século XVIII, podemos dizê-lo, foi o século por excelência da História Natural. Os estados preocuparam-se em inventariar o seu património, com especial destaque para as colónias exóticas. As Ciências Naturais cresciam em métodos e recursos e a comunidade científica de cada reino esforçava-se por se actualizar, explorando e conhecendo cada vez melhor as suas riquezas coloniais. Os Jardins Botânicos *florescem*, se quisermos, literalmente, nesta altura. O café, por exemplo, é trazido de África para o Brasil; a batata, o milho e o tomate são, por sua vez, trazidos do continente americano para a Europa – estes são alguns importantes resultados dos intercâmbios ocorridos a este nível.

A equipa de Alexandre Ferreira, integrada pelos colaboradores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, desenhadores, e por Agostinho Joaquim do Cabo, jardineiro botânico, parte para a sua expedição em Setembro de 1783, e chegam a Belém do Pará em 31 de Outubro seguinte. O naturalista realiza de seguida pequenas viagens, como a que fez ao rio Tocantins, e assim que a logística o permite parte para a sua principal missão: explorar os mais importantes rios da bacia amazónica.



Ilustração da “Viagem Filosófica”

Explora o rio Negro e o Rio Branco, o Rio Madeira e o Rio Guaporé, o Rio São Lourenço, o Rio Paraguai, o Rio Mondego, o Rio Cuiabá, o Rio da Prata... Indo desde a bacia amazônica até ao pantanal de Mato Grosso. Durante esta viagem vai recolhendo dados sobre as populações que encontra e objectos etnográficos, todos eles de grande valor antropológico. Ferreira regressou a Belém do Pará no início de 1792, tendo percorrido até então quase 40 000 km. Um ano depois, em Janeiro de 1793, regressa a Lisboa. É nesta cidade que morre em Abril de 1815, dezanove anos depois de ter sido condecorado com a Ordem de Cristo pela rainha D. Maria I.

A expedição realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira, apesar de ter ocorrido numa época em que o estudo da Natureza estava em destaque e conhecia notória evolução, foi única por vários motivos: a

longa duração, nove anos; a quantidade assombrosa da recolha de exemplares;



Máscara de entrecasca



Prancheta para aspirar o pó
alucinogénio do Paricá



Tanga de missangas



Coifa emplumada

o registo iconográfico e detalhe na observação, coadjuvados por centenas de aguarelas pintadas pelos *riscadores* e por relações escritas pelo punho do próprio líder do projecto, que acompanhavam as remessas dos produtos embarcados com destino ao reino; a despesa que uma viagem desta envergadura custou aos cofres da nação. Inevitavelmente, esta empresa foi orientada também por uma intenção política – mantinham-se os problemas das demarcações de fronteiras na América do Sul, que se arrastavam já desde o Tratado de Tordesilhas, e alguns continuariam irresolúveis até ao século XX...

Parte do espólio recolhido durante uma das maiores expedições terrestres de sempre é pertença do Museu Antropológico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra que, tal como referido acima, o recebeu em 1806.



Recipiente de cuia decorado

6. O Jardim Botânico

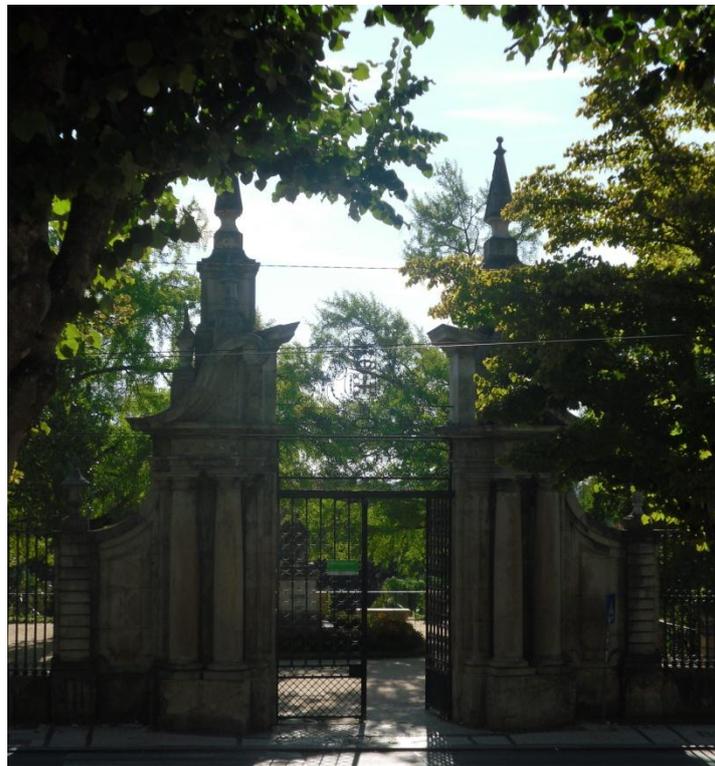
Saindo do Colégio de São Bento e descendo ao longo do aqueduto de São Sebastião, vamos encontrar do lado direito o Jardim Botânico. Foi também fundado no âmbito da Reforma Pombalina dos estudos. O arquitecto Guilherme Elsdén, o professor Domenico Vandelli e o professor de Física Experimental, Giovanni Dalla Bella, conterrâneo de Vandelli e trazido pelo ministro de D. José para leccionar primeiramente no Colégio Real dos Nobres em Lisboa, e posteriormente na universidade conimbricense, são chamados a escolherem o lugar para o *Jardim de Estudo dos Rapazes*²⁵.



Entrada lateral do Jardim Botânico

²⁵ Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, p. 37.

A escolha recai nos terrenos do Colégio de São Bento, que os cede gratuitamente. Em Dezembro de 1774, porém, o Marquês autoriza o aumento da área destinada ao jardim, e é comprada uma pequena porção de terreno aos frades do Colégio de São José dos Marianos. Note-se, a título de curiosidade, que a primeira planta para o Jardim realizada pelos professores Vandelli e Dalla Bella, fora recusada pelo Marquês por ser demasiadamente luxuosa e dispendiosa, o que demonstra o sentido prático e parcimonioso que norteava o ministro.



Entrada principal do Jardim Botânico

Ao contrário das obras do museu de História Natural e do laboratório químico, as obras do jardim foram mais demoradas e prolongaram-se até ao século XIX – o portão correspondente à entrada principal, junto ao aqueduto de São Sebastião, foi construído apenas em

1843, aprovada a execução pelo “*Illmo e Exmo. Senhor Bispo Conde*”, em 1818. O gradeamento de ferro que delimita o Jardim foi encomendado na Suécia. Embora só em 1856 fosse autorizada a construção da Estufa que hoje existe, em 1791 havia um projecto para a edificação de estufas de feição clássica à maneira de Elsdén.

Em 1887 foi erigida, junto à entrada nobre, a estátua evocativa do Doutor Avelar Brotero, professor de Botânica e Agricultura na Universidade de Coimbra, entre 1791 e 1811, da autoria do escultor Soares dos Reis. Referimos ainda, outra escultura de relevo presente no Jardim Botânico, a do Doutor Júlio Henriques que foi regente da cadeira de Botânica e Agricultura, e director do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, obra essa de 1951 da autoria de Barata Feyo.

7. A Capela dos Estudantes da Baía no Colégio de São José dos Marianos

No extremo do Jardim Botânico fica o Colégio de São José dos Marianos, fundado em Coimbra em 1603 pelos carmelitas descalços, primeiramente junto à Estrela. Cristóvão de Sá doa entretanto o terreno onde ficaria definitivamente instalado, no local que se chamava naquele tempo Genicoca. A primeira pedra foi lançada em 1606, por D. Afonso Castelo-Branco, e em Agosto de 1608 mudam-se para lá os religiosos. O Colégio foi a primeira construção nesse local, uma vez que o Seminário de Jesus, Maria e José, um dos expoentes da arquitectura barroca portuguesa, seria erguido mais de um século depois, assim como o jardim botânico, que só apareceu aquando da Reforma Pombalina da Universidade. Leccionava-se no novo colégio Artes e Teologia. Pouco mais sabemos acerca da história da instituição, pois com a supressão das ordens religiosas em 1834, perdeu-se quase toda a documentação. Sabemos contudo que, dois anos depois, o edifício estava ao dispor do Hospital dos Lázaros que aí se manteve até 1851, data em passou para a tutela do Real Colégio Ursulino das Chagas. Depois da saída das ursulinas em 1910, o colégio Mariano foi adaptado a Hospital Militar, motivo pelo qual foram feitas obras de vulto para a adaptação a esse fim. A igreja foi preservada. Encontramos duas datas insertas no seu interior: 1612 e 1697, indicando os trabalhos de construção. Sabemos, pelo inventário feito em 1835, que nas capelas da Igreja havia um Calvário, uma escultura de Santa Catarina de Alexandria – a santa padroeira dos

estudantes –, uma Sagrada Família, e três imagens de Santa Rita de Cássia, Santo Elias e São Pedro Mártir. Através da *Descrição da Visita* do bispo-conde, D. Manoel Bento Rodrigues, relatada por um anónimo, é feita referência a três altares de talha dourada: o principal, dedicado a Santa Úrsula – a invocação é posterior à ocupação pelas ursulinas –, e dois laterais. Neste mesmo relato, alude-se a muitos quadros de qualidade que adornariam as paredes do colégio. Esses quadros porém, haviam sido transferidos para lá juntamente com a comunidade das ursulinas, fazendo com que as obras que patenteiam a inscrição *Urs*, pertencentes agora ao espólio do Museu Nacional de Machado de Castro, não sejam originárias de São José dos Marianos.

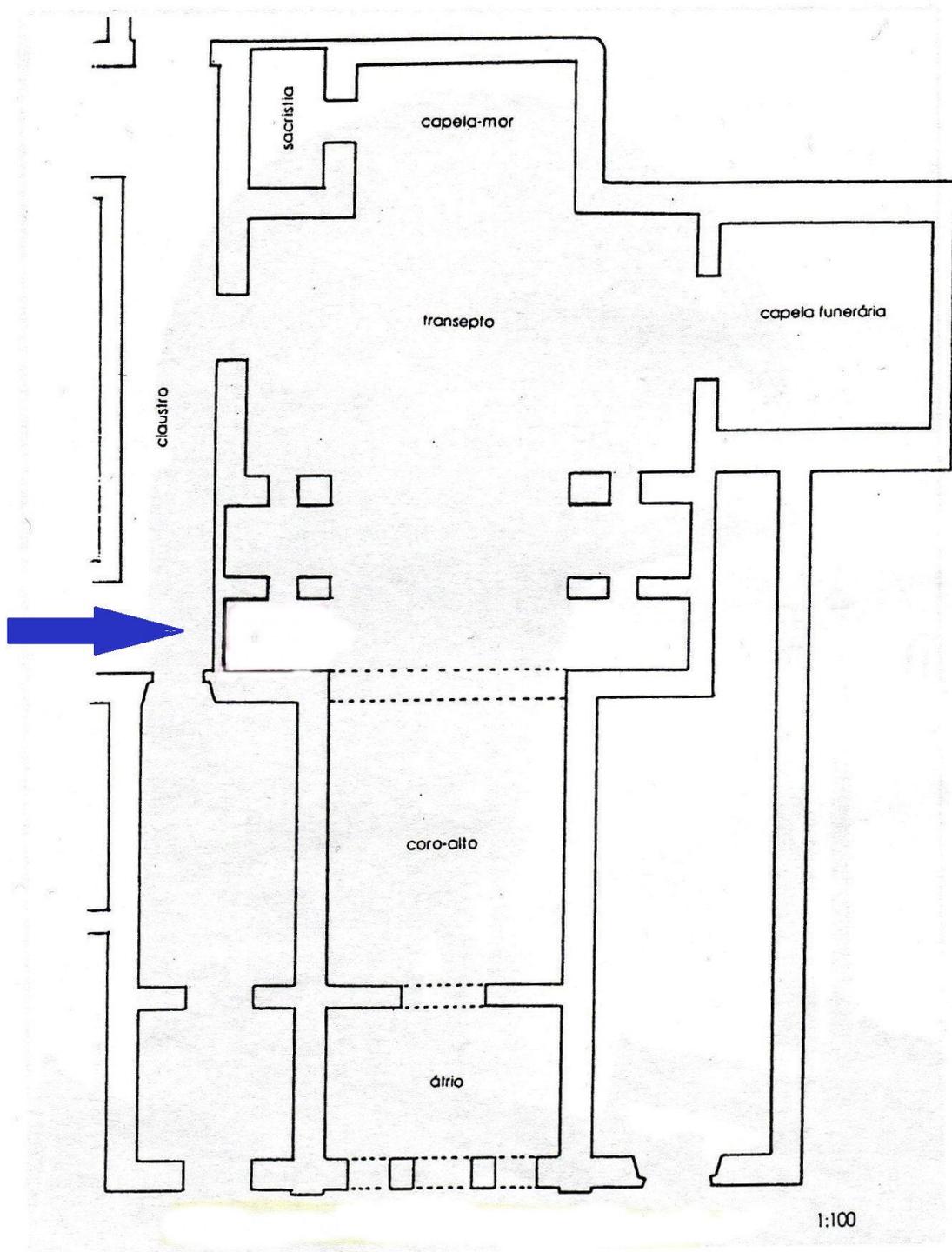


A igreja de São José dos Marianos

A igreja é composta por uma nave, com duas capelas pequenas de cada lado, transepto da mesma altura da nave sem exceder a linha das capelas, e capela-mor rectangular com 3,5 metros de profundidade. Cinco tramos dividem a nave que, por seu turno, estava separada do transepto por duas grades, uma de pau-preto e outra de ferro forjado. Uma capela quadrangular de grandes dimensões, provavelmente funerária, abre-se no lado norte do transepto. Este é encimado por uma cúpula, que permite a entrada abundante de luz.

Em 1935 António José Pimentel levantou a planta da Igreja, mostrando-nos as capelas laterais entaipadas. No lugar destas, do lado esquerdo, foi aberta a passagem para o modesto claustro. A igreja é uma referência da arquitectura despojada, usual nas obras portuguesas da época, e difere de todos os outros colégios conimbricenses. Apesar da sua singularidade, não se sabe quem poderá ter sido o arquitecto autor do projecto.

Aquando das obras realizadas na Igreja em 1949, foram desentapadas as capelas laterais e ficou a descoberto a seguinte inscrição: *“ESTA CAPELLA MANDARAM FAZER A SUA CUSTA OS ESTUDANTES ULTRAMARINOS DA BAHYA EM O ANNO DE 1728”* – o que nos leva ao objecto do presente capítulo. Esta capela já existia desde os primórdios da construção no século XVII, entenda-se, apesar dos dizeres plasmados. O que possivelmente ocorreu foi a sua fundação canónica, com a dotação de um retábulo e a imagem de um patrono – provavelmente Santa Catarina, pois a sua escultura foi documentada em 1835, tal como referimos acima.



Localização da Capela dos Estudantes da Baía, dentro da
Igreja do Colégio de São José dos Marianos

Os estudantes da Baía tiveram um protector que os patrocinou, para que pudesse ocorrer a dita fundação pia – obter a concessão de uma capela própria implicava doar ao Colégio dinheiro ou bens de raiz. Esse protector foi muito provavelmente o Padre Domingos Álvares, residente na Baía, cujo legado de 3000 cruzados se encontra registado no Tombo dos Legados, guardado no Arquivo da Universidade de Coimbra. Sabe-se que a doação foi feita através de procuração ao seu representante, em Viana do Lima no ano de 1726, realizado pelo notário Baltasar Gomes da Costa. Não se encontraram registos do padre alguma vez ter estudado na Universidade conimbricense, o que nos leva a pensar que foi influenciado pelo grande número de estudantes baianos que frequentavam Coimbra à época. Sendo todos os estudantes obrigados pelos próprios estatutos da *Alma Mater* a praticarem diversos actos de culto, justificava-se plenamente uma capela própria, pois fortalecê-los-ia espiritualmente e favoreceria a união da comunidade estudantil baiana. Muitos outros alunos brasileiros estudavam na cidade: no momento da doação do Padre Domingos, em 1726, seriam cerca de 58 estudantes do Brasil – 27 da Baía, e 31 de outras localidades²⁶. Dois anos depois quando a Capela abriu ao culto, o número de estudantes brasileiros duplicara, pelo menos.

²⁶ Francisco Morais, *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*.

8. Os Palácios Confusos e a residência de António

Gonçalves Dias

Saindo do Colégio de São José dos Marianos e voltando à Universidade, podemos optar por descer a íngreme rua Doutor Guilherme Moreira, que contorna o alto muro do Paço das Escolas, pelo lado sul, em direcção ao Largo da Sé Velha, junto do Colégio de Santa Rita e, depois de se passarem os da Santíssima Trindade e de Santo António da Pedreira, encontramos o acesso a um labirinto de ruas, a que foi dado o irónico nome de Palácios Confusos.



Palácios Confusos

Aqui viveram, pelo menos desde o século XVII, e até à actualidade, estudantes vindos de fora. Um deles foi o poeta António Gonçalves Dias, concretamente no n.º 108, aos Palácios Confusos. Infelizmente, a antiga

numeração já não corresponde à moderna. É de Gonçalves Dias o poema que a seguir apresentamos.

*“Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sábio;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.*

*Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas tem mais flores,
**Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores**²⁷.*

*Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.*

*Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar - sozinho, à noite -
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.*

*Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o sabiá.”²⁸*

António Gonçalves Dias, considerado por muitos o maior poeta brasileiro, nasceu em Caxias, Maranhão, em 1823. Era filho bastardo do

²⁷ Destaque nosso – Versos de Gonçalves Dias que fazem parte do Hino Nacional Brasileiro.

²⁸ António Gonçalves Dias, *Canção do Exílio*, Coimbra, 1843.

comerciante português João Manuel Gonçalves Dias, e da brasileira *cafuzo*²⁹ Vicência Mendes Ferreira. Mais tarde, o pai casa com D. Adelaide Ramos de Almeida e o filho passa a viver com eles, longe da mãe, portanto.

Inicia a sua vida escolar com o professor José Joaquim de Abreu, aos sete anos. Três anos depois já trabalha como caixeiro, nos negócios do pai. O seu gosto pelas letras começa a revelar-se desde cedo e não passa despercebido a quem com ele convive. O pai consente em trazê-lo para Coimbra, onde estudará. Contudo, o progenitor morre antes da viagem para a Europa, e assim se abate sobre a vida do escritor uma das muitas contrariedades de que sofrerá – tinha já sido arredado dos braços da mãe e agora, mais uma vez precocemente, via-se privado de seu pai, o que provavelmente comprometeria a sua vinda para Portugal. Porém, a madrastra D. Adelaide faz cumprir a vontade do seu falecido marido e custeia a vinda de Gonçalves Dias para a cidade do Mondego. Em 1838 chega a solo luso, e em Outubro desse ano matricula-se no Colégio das Artes de Coimbra. Terminados os estudos preparatórios, seguir-se-ia a matrícula na Faculdade de Direito, mas por falta de dinheiro Gonçalves Dias é obrigado a esperar: ou o regresso ao Brasil, ou que melhores tempos viessem e chegassem finalmente as mesadas do Maranhão. Os amigos cientes da sua difícil situação resolvem ajudá-lo, financiando-o, e em 1840 é feita a matrícula. Segundo Manoel de Sousa Pinto³⁰, o poeta

²⁹ *Cafuzos*: Descendentes de índios e negros. Esta condição de mestiço, que junta os três sangues – branco do pai, negro e índio da mãe –, será para Gonçalves Dias um orgulho de sua raça e simultaneamente fonte de dissabores no futuro, quando a grande paixão que nutre por Ana Amélia é recusada por preconceito do seu sangue.

³⁰ Manoel de Sousa Pinto, *Gonçalves Dias em Coimbra*, Separata da Revista Biblos, Coimbra, 1931.

vai então morar para os Palácios Confusos, no n.º 108, mas logo de seguida muda para o n.º 53 da Rua do Correio – hoje, Rua Joaquim António de Aguiar. Entretanto, inicia a sua obra literária: consta que logo no primeiro ano do curso é publicada a primeira poesia, declamada numa festa realizada a propósito da maioridade de D. Pedro II, na Quinta da Várzea, corria o ano de 1841.



António Gonçalves Dias

Findo o ano lectivo, vai passar as férias a Lisboa. Quando regressa a Coimbra, fixa residência na extinta Rua do Cosme, no n.º 5. Terá sido aí que escreveu grande parte do romance *Memórias de Agapito Goiaba*, depois destruído pelo próprio autor. Deste romance restaram apenas três capítulos, e é num deles que o autor compara as florestas brasileiras aos salgueirais de Coimbra:

“ (...) Então compreendestes a poesia das selvas, e a beleza selvagem do viver dos nossos índios; e, contudo, ainda não podeis conjecturar que melodia exalam os salgueiros do Mondego embalados pela viração do oeste. O sussurrar das nossas matas é forte e majestoso como o rugir do oceano, o ciciar dos salgueiros é doce como um suspiro de virgem.”

A “*beleza selvagem do viver dos nossos índios*” remete-nos para outra temática explorada por Gonçalves Dias – a corrente que ficaria conhecida no Brasil como *Indianismo*. O autor deu uma dimensão poética ao índio, mostrando-o íntegro e valoroso, como autêntico herdeiro da cultura brasileira. A eles dedicou poemas, tais como *Marabá, I-Juca-Pirama, Os Timbiras e Canção do Tamoio*.

Em Coimbra, passa para o terceiro ano do curso e reside agora na Rua de São Salvador, no n.º 170. Por esta altura, António colabora com o poema *Inocência* no coevo jornal de poesia fundado por João de Lemos, *O Trovador*. As saudades da terra natal, a melancolia, a nostalgia, o medo de não regressar às raízes, todos estes sentimentos que o poeta experimenta em Coimbra, ajudaram-no a compor um dos mais famosos louvores do Brasil, e que se tornou o representante máximo dos primórdios do Romantismo naquele país: a *Canção do Exílio*, reproduzida no início deste capítulo, escrita em 1843 e que abre os *Primeiros Cantos* – obra publicada em 1847. Esta obra é largamente admirada pelo Imperador D. Pedro II e elogiada pelo seu contemporâneo português, o

historiador Alexandre Herculano³¹. Aliás, foram as obras românticas de Herculano, juntamente com as de Almeida Garrett³², as inspiradoras das primeiras poesias *gonçalvinas*.

Gonçalves Dias acaba o bacharelato em 1844. Não chega a inscrever-se no quinto ano do curso, e em 1845 volta à sua amada pátria. É pouco depois que conhece a paixão da sua vida, Ana Amélia, e a ela acabará por dedicar algumas das suas mais belas poesias: *Se Se Morre de Amor* e *Ainda Uma Vez, Adeus*. Em 1848 saem os seus *Segundos Cantos* e, em 1851, os *Últimos Cantos*. Vendo-se ostracizado pela família de Ana Amélia, casa-se em 1852 com Olímpia Coriolana da Costa. Nos anos seguintes é nomeado para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e vive na Europa de 1854 a 1858. Viaja também pelo Brasil a serviço do governo. Já em 1862, tuberculoso, regressa ao continente europeu para tentar tratar a sua doença. Passa dois anos sem conseguir melhoras, e resolvendo voltar para o Brasil, embarca no *Ville de Boulogne*, a 10 de Setembro de 1864. É neste navio que encontra a morte, quase dois meses depois, quando o mesmo naufraga nas costas do Maranhão. O poeta, qual fado romântico, foi o único a sucumbir, por se encontrar muito doente no seu leito e não ter tido forças – e nem sequer ninguém que o tivesse auxiliado! – para deixar o seu camarote de viagem, afogando-se à vista da terra que amava...

³¹ Alexandre Herculano, 1810 – 1877, além de historiador, foi romancista, poeta e ensaísta. Deixou-nos vasta bibliografia, que faz parte da cultura histórica e literária de Portugal.

³² João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, 1799 – 1854, escreveu poesia, teatro e prosa, e foi o precursor do Romantismo em Portugal. Garrett formou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra.

Deixou para a posteridade obras como as *Sextilhas de Frei Antão*, *Beatriz Cenci*, *Leonor de Mendonça*, *Patkull* e *Dicionário da Língua Tupi*, entre outras.

9. A Imprensa da Universidade no claustro da Sé Velha

Outra das obras importantes levadas a cabo pelo reitor-reformador natural do Rio de Janeiro, D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, foi a imprensa da Universidade. Depois da proscricção da Companhia de Jesus, e na posse do espólio tipográfico deixado por ela, o Marquês de Pombal mandou fundar a *Real Officina da Universidade*. Esta, porém, não reunia condições para imprimir alguns livros necessários ao ensino, e nem sequer para imprimir os novos estatutos da *Alma Mater*, levando o Marquês a fazer a encomenda destes últimos à tipografia régia lisboeta. Esta precariedade da *Real Officina* aliada aos ideais da Reforma Pombalina da Universidade, conduzem à criação de uma *Imprensa*, mais moderna e capaz. Assim, havia que encontrar local para a estabelecer e, com a transferência da Sé Catedral para a igreja dos jesuítas, fica devoluto o claustro da actual Sé Velha, que em 1772 é objecto de uma provisão do Marquês para que seja o destino da futura tipografia. Com o intuito de aumentar o espaço disponível, comprou-se de seguida casas e quintais contíguos ao claustro. Nos trabalhos para as novas instalações, temos registo que em Agosto de 1773 laboram 30 pedreiros, 54 serventes, 3 pintores, 13 carpinteiros e 28 canteiros, números que demonstram a importância destas obras – refira-se, por exemplo, que o reitor D. Francisco de Lemos mandara suprimir o caminho que ia da Rua do Norte ao Colégio de Santa Rita, assim como demolir a torre e a escadaria situadas em frente à entrada principal da Sé. Correspondência trocada entre o Marquês e o reitor atestam da satisfação daquele, quer pelo local escolhido para a *Typografia*

Académica, quer pela evolução dos trabalhos. Apesar de no mês de Abril de 1774, D. Francisco de Lemos ter enviado ao Marquês de Pombal quatro exemplares dos primeiros livros impressos, as obras prolongar-se-iam até ao início do século XIX.



O edifício da Imprensa da Universidade de Coimbra,
segundo o projecto de Guilherme Elsdén

A Imprensa da Universidade esteve activa até 1934, ano em que Oliveira Salazar, mais por razões políticas do que por qualquer outro motivo, a extinguiu. Nos Estatutos da Universidade de 1989 prevê-se a reactivação da tipografia, que se dá em 1998. Em Abril de 2007 voltou a funcionar no Largo de São Salvador.

10. A Rua dos Coutinhos

A rua que sai do largo da Sé Velha e faz ligação à rua do Colégio Novo, é a Rua dos Coutinhos – *“Estende-se de sul para norte, do Largo da Sé Velha até ao ponto de convergência das extremidades da Rua do Loureiro, Rua do Colégio Novo e Rua de Sobre Ribas.”*³³



Duas perspectivas da Rua dos Coutinhos

No n.º 1 da rua, viveu o brasileiro Lucas Junot, nascido e falecido em Santos, 1902-1968, estudante de Matemática na Universidade de Coimbra, e autor do famoso Fado de Santa Clara. Em 1970 foi colocada no edifício uma lápide em bronze, *“homenagem dos seus colegas do*

³³ Ficha de Inventário, Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, 2006.

Brasil". Mas não é a ele que caberá a maior referência neste itinerário, e sim ao estadista José de Seabra da Silva.

Seabra da Silva nasceu em 1732, no concelho de Coimbra, na freguesia de Torre de Vilela, mais concretamente, onde foi dado o nome *José de Seabra da Silva* a uma rua, em seu preito. Dotado de rara inteligência, foi matriculado na Faculdade de Leis da *Alma Mater* em 1744, antes sequer de perfazer os doze anos de idade. Aos dezanove contava já com o grau de doutor. Em Lisboa, no ano de 1752, faz com distinção o seu exame vago³⁴, a que o próprio Marquês de Pombal assiste e, mais tarde, elogia. É nomeado desembargador do Porto em 1753. Quatro anos depois torna-se fiscal da recém criada – em 1755 – Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada para desenvolver a actividade comercial e a agricultura nessa região do Brasil. Homem de confiança de Sebastião José de Carvalho e Melo, Seabra da Silva é nomeado procurador da Coroa, em 1765. Logo depois exerce os cargos de chanceler da Casa da Suplicação³⁵, guarda-mor da Torre do Tombo³⁶ e de desembargador do Paço. No ano de 1767 é publicada a *Dedução Chronologica e Analytica, dada à luz pelo Doutor Joseph de Seabra da Silva*, e que serviu para justificar a expulsão da Companhia de Jesus de

³⁴ “Exame Vago é o que fazem os Doutores no Desembargo do Paço, para entrarem nos lugares de Letras. Chama-se Vago porque para ele não se tira ponto.” – Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de Hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, Remissivo às Leis Compiladas, e Extravagantes*. Tomo Primeiro, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1825.

³⁵ A *Casa da Suplicação*, ou *Tribunal da Corte*, era a designação dada ao tribunal supremo do reino.

³⁶ Na função de director máximo dos arquivos portugueses, Seabra da Silva “redescobriu” a *Carta do Achamento* do Brasil, escrita por Pêro Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I, e mandou depois copiá-la. A cópia chegou ao Brasil nos inícios do século XIX, e só em 1817 é tornada pública pela primeira vez.

todos os territórios portugueses, ocorrida em 1759. No entanto, a autoria da *Dedução* sempre foi controversa, pois é quase certo que a redacção da mesma coube ao próprio Pombal.



José de Seabra da Silva

Em 1771 é nomeado ministro-adjunto do Marquês, e está neste cargo até 1774, quando ocorre um insólito episódio que até hoje não teve senão especulações na História de Portugal. Depois de ter merecido a total confiança do ministro onipotente do soberano D. José, Seabra da Silva cai em desgraça, e sem apelo nem agravo, é notificado que está demitido e será desterrado. Crê-se que o motivo de semelhante descrédito fora o facto de Seabra da Silva ter conhecimento do plano de D. José I e do Marquês para afastar do trono a filha daquele, a princesa D. Maria, em benefício do neto do rei, e que sabendo disto, deixara Seabra escapar a informação. Cumprindo a ordem recebida, Seabra vai

desterrado para Vale de Besteiros – Tondela, Portugal –, onde fica três meses. Daqui, é levado preso para os cárceres do castelo de S. João, no Porto, e aí permanece até ser transferido para a Ilha das Cobras, na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, cerca de cinco meses depois. Este não era ainda o seu destino final como desterrado, pois em 1775 seria enviado para o presídio de Pungo Andongo, na província de Malanje, em Angola. Com o assumir do trono por parte de D. Maria I, a *Pia* ou a *Piedosa*, é Seabra da Silva novamente bem-vindo à metrópole. Em 1788 é nomeado secretário de estado dos Negócios do Reino. Onze anos depois, é mais uma vez demitido de todos os seus cargos, por defender que deveriam ser convocadas as Cortes antes da assunção da regência pelo príncipe D. João, filho de D. Maria. Tem ordem para sair de Lisboa e não regressar à Corte. Seabra da Silva vai, novamente desterrado, para a Quinta do Canal, na Figueira da Foz, propriedade sua. Só passados cinco anos teve autorização oficial para regressar à capital do reino. Aquando das invasões francesas a Portugal, o general Junot, sabendo que Seabra tinha caído em desgraça aos olhos da Corte, convida-o para ministro do Interior, mas Seabra da Silva recusa por considerar antipatriótico. Seabra da Silva falece em Março de 1813, em S. Sebastião da Pedreira, Lisboa.

Para voltarmos à Rua dos Coutinhos, faremos de seguida uma breve referência à família do estadista.

Seabra havia casado em 1764, com D. Ana Felícia Coutinho Pereira de Souza Tavares Cerveira e Horta, natural da freguesia da Sé Nova, Coimbra. Através do casamento com D. Ana – filha única de Nicolau Coutinho, descendente do primeiro capitão donatário da Baía, Francisco Pereira Coutinho, o Senhor de toda a Casa dos Coutinhos de Coimbra, e

Senhor do morgado do juro real da redízima da Baía de Todos os Santos, sendo que a redízima correspondia a 1/10 da dízima das rendas pagas à Coroa –, passa Seabra da Silva a ser o décimo primeiro senhor do morgadio da redízima da Baía e senhor das referidas casas de que era herdeira a mulher. O filho de ambos, Manuel Maria da Piedade Coutinho Pereira de Seabra e Souza, viria a ser o primeiro visconde da Baía, título criado por D. Maria I em decreto de 1796 e, em 1833, também primeiro conde da Baía, título atribuído agora por decreto de D. Miguel I.

Ora, os Coutinhos tinham em Coimbra uma grande residêcia, sita na rua que no século XIX viria a ter o seu nome, precisamente devido a este facto. Tratava-se de uma moradia de proporções consideráveis, dotada de átrio no interior, e que sofreu remodelações quer no século XVIII, quer no século seguinte.

Em Antuzede, concelho de Coimbra, possuíam igualmente a casa da Quinta do Regalo, também conhecida por Quinta do Meio, construção que data dos inícios do século XVII – o ano “1605” está inscrito na pequena capela exterior que integra a Quinta. Pertence a este conjunto, uma fonte da mesma centúria, que se encontra à face da estrada.

11. O padre António Vieira e o Pátio da Inquisição

Subindo a Rua dos Coutinhos, passando pela Rua do Colégio Novo, sempre em direcção à Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, e descendo esta, encontraremos mesmo antes de chegar à Rua da Sofia, à direita, o Pátio da Inquisição.

Em 1535 projectaram-se os colégios crúzios de Todos-os-Santos, para residência de teólogos e alunos das artes, e o de São Miguel, para residência de teólogos e canonistas. O primeiro ficava situado na subida de Montarroio, e o segundo na Rua da Sofia, mas colados um ao outro. Em 1547, D. João III pediu ao prior de Santa Cruz para aí instalar o Colégio das Artes, sendo necessárias obras de ampliação, e embora inicialmente o humanista André de Gouveia tenha pedido o traçado a João de Ruão, foi Diogo de Castilho quem dirigiu os trabalhos, nomeadamente o que foi chamado de *lanço novo*, que conferia equilíbrio ao projecto. Subsiste até hoje a arcada de colunas jónicas quinhentistas deste lanço. Começou a funcionar como Colégio das Artes em 1548, mas sete anos passados foi aquele entregue à Companhia de Jesus, que em 1566 o muda para a Alta da cidade. No mesmo ano os edifícios passaram para a Inquisição, que tinha um tribunal em Coimbra desde 1541. Sabemos que em 1571 há já presos nas suas instalações, e os inquisidores residiam já nas casas da Rua da Sofia. Aqui se ficou o Santo Ofício até à sua extinção, datada de 1821.



O Pátio da Inquisição. Do lado esquerdo, a entrada para o Centro de Artes Visuais

Hoje, o edifício alberga o Centro de Artes Visuais, ou CAV, como é usualmente designado. Os prédios históricos foram restaurados e reintegrados pelo arquitecto João Mendes Ribeiro, cujo processo de reconversão do antigo Colégio das Artes teve início em 1997. Este arquitecto, seguindo as mais importantes regras de restauro que hoje em dia reconhecemos, nomeadamente as consagradas pela Carta de Veneza de 1964, conseguiu trabalhar o recinto de modo a permitir a clara identificação do que é antigo e do que é moderno. O CAV nasceu da necessidade de criar um espaço próprio para os Encontros de Fotografia, que decorrem anualmente desde a década de 80, com retumbante sucesso. O trabalho efectuado por Mendes Ribeiro, para adaptação dos antigos cárceres da Inquisição, foi distinguido com o

Prémio Municipal de Arquitectura *Diogo de Castilho*, em 2003. António Vieira está intimamente ligado a este local, e por isso retomamos a partir daqui a sua biografia.



A peça *Longer Journeys* de Pedro Cabrita Reis

António Vieira adoptara como divisa a defesa premente do rei restaurador, D. João IV. Isso mesmo ficava patente em todos os seus discursos da época. Vieira embrenha-se na política, vai a França e aos Países Baixos, sempre na luta pelo reconhecimento dos direitos portugueses no Brasil. É então que surge a ideia de recurso aos cristãos-novos para obter a quantia necessária ao pagamento à Holanda pela devolução dos territórios ocupados, não só no Brasil, mas também em São Tomé e em Angola. Aquele recurso pressupunha também uma série

de vantagens dadas àqueles, o que, está fácil de ver, lhe granjeou a atenção por parte do Tribunal do Santo Ofício. Começavam aqui as hostilidades, podemos dizer. Uma série de contactos, em busca do apoio financeiro dos judeus à causa política do reino, foi aumentando as desconfianças da Inquisição. Vieira não se acobardava e, pelo contrário, dirigia poderosos sermões contra aqueles que o acusavam, sabendo que tinha a protecção do rei sobre si – exemplo disto mesmo, foi a portaria de 17 de Dezembro de 1649, em que se concedia ao irmão, Bernardo Vieira Ravasco, o cargo de secretário de estado do Brasil. Entretanto, sugeria a prudência, ou melhor, a Companhia de Jesus, o seu regresso a Terras de Vera Cruz. O rei desta vez optou por não se opor. Vieira terá que ir como Superior de uma missão ao Maranhão e Grão Pará. Em 1653, a 16 de Janeiro, chega a São Luís do Maranhão. O padre luta pela libertação dos escravos brasileiros. No seu ardor missionário realiza uma expedição ao Rio Tocantins – a selva amazónica impressiona o padre, embora a evangelização a que se havia proposto tivesse sido quase infrutífera. Os diferendos com os colonos tornavam-se mais graves e Vieira decide vir ao reino, tentar fazer prevalecer a sua posição. Mas antes ainda, a 13 de Junho de 1654, profere na catedral de São Luís do Maranhão o famoso *Sermão de Santo António aos Peixes*, numa alegoria evidente ao que se passava na colónia. Parte para Lisboa, onde chega em Novembro do mesmo ano, depois de outra difícil viagem marítima, em que passam por tempestades e são vítimas de corsários holandeses ao largo dos Açores. Chegado à capital, encontra D. João IV doente e necessitado mais do que nunca da sua amizade e do seu apoio. O monarca continua a mostrar todo o seu apreço pelo padre, e este,

confiante mais uma vez nas profecias de Gonçalves Annes Bandarra, afiança que o rei apesar de doente não morrerá e, ainda que isso aconteça, ressuscitará até, pois não poderão deixar de se cumprir as profecias do Quinto Império reservado a Portugal; à Inquisição isso não passou despercebido. O padre continua a sua defesa em prol do povo, criticando através da palavra os tiranos que oprimem e enriquecem injustamente. Os ódios vão aumentando. D. João IV, porém, faz a vontade a Vieira e é lavrada a provisão régia que concede à Companhia de Jesus a jurisdição sobre os índios brasileiros. Conseguindo o seu intento, parte Vieira novamente para o Brasil e põe em prática as recentes ordens, mandando cessar todas as expedições para captura de índios, e mandando libertar os que se encontravam cativos. E assim angaria mais inimizades. Em Novembro de 1656, morre D. João IV, e com ele a miragem de Vieira do Quinto Império. O padre retoma a ideia da ressurreição do falecido monarca; a Inquisição atenta. Apesar de o poder de Vieira não se ter esbatido imediatamente, como consequência quase inevitável após o desaparecimento do rei protector, o que é certo é que a crise dificilmente deixaria de surgir e, em Agosto de 1661, António Vieira é preso, com ordem de regresso à Europa. Em Lisboa a situação era igualmente complicada, pois a luta pelo Poder desencadeada pela incapacidade notória de D. Afonso VI estava ao rubro. Vieira não se intimida e continua as suas críticas mordazes contra o tratamento dado aos índios pelos colonos portugueses no Brasil. Termina a regência de D. Afonso VI, e terminam também as facilidades concedidas ao ilustre pregador. As queixas que chegavam do Maranhão e um despacho proferido em Dezembro de 1663, que na prática extinguiu os privilégios

que usufruíam os jesuítas, assim como a indicação de que o padre não poderia regressar às missões, por tal não ser conveniente, são quanto basta para que Vieira se retire para o Colégio da Companhia de Jesus do Porto e, em seguida, para o de Coimbra. Com efeito, após o afastamento do Poder da Rainha D. Luísa de Gusmão, amiga e apoiante de Vieira, a situação piora ainda mais para o seu lado. As denúncias que se vinham acumulando nos arquivos inquisitoriais encontram agora caminho livre, contra a *persona non grata* em que há muito se havia transformado o padre. Em Maio de 1663, recebe notificação para comparecer perante o Tribunal do Santo Ofício de Coimbra, e a 1 de Outubro do mesmo ano, a Inquisição ordena que seja encarcerado.

Refiramos as principais acusações de que foi alvo o padre: a defesa que fez dos cristãos novos, o contacto com calvinistas e judeus durante o tempo em que esteve na Holanda, a propugnação das profecias de António Gonçalves Annes Bandarra. Cinco anos dura o processo e seus interrogatórios. Vieira entretanto adoecera, não se sabe se de tuberculose, e vai escrevendo a *História do Futuro*, obra que começara em 1649. Em 1667 sai finalmente a sentença: "*seja privado para sempre de voz activa e passiva e do poder de pregar, e recluso no Colégio ou Casa de sua religião, que o Santo Ofício lhe assinar, donde, sem ordem sua não sairá*". Continua recluso no Colégio de Coimbra, mas em 1668 autorizam-no a transferir-se para o Noviciado da Ordem, em Lisboa. A situação política do país muda novamente com a anulação do casamento de D. Maria Francisca de Sabóia com Afonso VI, e o Infante D. Pedro assume a liderança do reino. Os ventos mudam, novamente a favor de Vieira. A Inquisição, consciente que estava deste facto, concede em

Junho de 1668 o perdão das penas a que fora condenado pelo Santo Tribunal de Coimbra, proibindo-o contudo de voltar a abordar os temas pelos quais havia sido julgado. Porém, D. Pedro já não recorre a Vieira como este almejava. É então que o padre, não completamente seguro do perdão alcançado, decide viajar para Roma, onde o braço da Inquisição portuguesa não lhe podia tocar. Na Cidade Eterna tudo lhe corre de feição e, inclusivamente, é integrado na Corte da rainha Cristina da Suécia, que o quer para seu pregador. Sempre atento à realidade política portuguesa, troca larga correspondência com eminentes figuras lusas. A saudade de Portugal vai se adensando. Em 1675, concretiza o objectivo que o levara a Roma: o Papa concede-lhe a isenção da jurisdição da Inquisição portuguesa, absolvendo-o de todas as penas e restrições sobre ele levantadas, e Vieira resolve regressar à pátria, onde chega em pleno Verão de 1675. Mas não recebe a merecida atenção do monarca D. Pedro, e triste com o tratamento de quase indiferença, regressa ao Brasil, onde foi feliz na juventude e onde o clima melhor favorece a sua débil saúde. Chega à Baía, em Maio de 1681, refugia-se na Quinta do Tanque. A sua vida não estava destinada a calmarias, e mesmo aí o sossego foge-lhe. As acusações que envolvem o irmão Bernardo afectam-no a ele também. Continua a trabalhar nos *Sermões*. De Roma vem outro título, o de visitador da Província do Brasil – contudo, Vieira está cada vez mais doente e já não se ilude com cargos e nomeações. A perda de visão torna-se mais acentuada. Apesar de velho e debilitado, nem por isso o percurso lhe era mais dócil. Em 1694 outro conflito: é acusado na Baía de ter tentado influenciar a eleição do procurador à Congregação e na sequência de tal, é privado de voz activa e passiva. Aos

86 anos de vida, nem essa provação lhe faltou. Mas o padre, como era seu apanágio, não se deixa ficar e recorre ao geral que, três anos depois, em Dezembro, anula a decisão. Não interessa mais. António Vieira havia chegado já ao termo de uma longa vida cheia de sucessos e outros tantos infortúnios, perecendo a 18 de Julho de 1697.

Na morte foi alvo de honrosas exéquias, em que estiveram presentes as mais altas individualidades, tais como o governador do Estado, o bispo de São Tomé, o reitor do Colégio. Também em Portugal, quando aqui chegou a notícia em Novembro do mesmo ano, prestaram-lhe diversas homenagens, às quais não faltaram ministros do Conselho Geral do Santo Ofício.

NOTA FINAL

A ausência de uma rota específica que mostre ao turista brasileiro os percursos, a influência, as marcas, que envolveram alguns dos seus compatriotas na vida de Coimbra, levaram-nos à redacção da presente dissertação. Durante este trabalho fizemos um levantamento das personalidades e acontecimentos e elaboramos um itinerário, que no futuro, esperamos, seja seguido pelo turista ufano do seu país, que satisfeito percorrerá durante mais tempo as ruas da Lusa-Atenas.

Aqui aprendemos História da nossa pátria e do país irmão, conseguimos entender melhor a importância de ilustres personagens, emocionamo-nos com particularidades da biografia de cada um. Verdadeiramente, reconhecemos um elo de centenas de anos entre o Brasil e a cidade do Mondego.

Contudo, não podemos deixar de referir, que se tratando de um trabalho final de Mestrado, peca por curto, devido ao tempo de que disponibilizámos para realizar toda a pesquisa inerente ao mesmo. Assim, muitos outros acontecimentos ficam por referir, muitas personalidades por nomear, muitos pormenores por escrutinar. Muito há ainda para explorar, num tema que nos parece assaz importante.

BIBLIOGRAFIA

- *Actas do Colóquio: A Universidade e a Arte, 1290-1990*, Coordenação de Pedro Dias, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993
- BÓLEO, Maria Luísa V. de Paiva, *Oito Presidentes para a História (1910-1926) – Bernardino Machado (1851-1944)*, Revista Público Magazine, 1996
- *Carta de Veneza, Carta Internacional Sobre a Conservação dos Monumentos e Sítios, 1964, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS*, IGESPAR, Ministério da Cultura, 2011
- CASTRO, Aníbal Pinto de, *António Vieira, Uma Síntese do Barroco Luso-Brasileiro*, CTT Correios de Portugal, Lisboa, 1997
- CORREIA, Vergílio, e GONÇALVES, Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, II, Lisboa, 1947
- CORTESÃO, Jaime, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil, Obras Completas, Volume VI*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994

- CRAVEIRO, Lurdes, *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1990
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *Reforma Pombalina da Universidade*, pp. 505-506, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1989
- DIAS, Pedro, “A Capela dos Estudantes da Baía da Universidade de Coimbra”, *III Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Universidade de Évora. Évora, 1997
- DIAS, Pedro, *Coimbra. Guia Para Uma Visita*, 2.ª Edição, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002
- DIAS, Pedro, e GONÇALVES, António Nogueira, *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*, 2.ª Edição, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2004
- DIAS, Pedro, *100 Obras de Arte de Coimbra*, Fundação Bissaya Barreto, 1.ª Edição, Coimbra, 2008
- FERRO, Manuel, “Contributo (s) para a formação de uma identidade. Brasileiros na Universidade de Coimbra”, *Rua Larga, Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, Número 21, Edição GCI – Gabinete de Comunicação e Identidade, Coimbra, 2008

- FRANÇA, Lennon, “Dois Séculos de Correio Braziliense”, *Rua Larga, Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, Número 21, Edição GCI – Gabinete de Comunicação e Identidade, Coimbra, 2008
- GERVÁSIO, Ana Sofia Gervásio *et al.* (orgs.), *Património Edificado Com Interesse Cultural – Concelho de Coimbra*, Câmara Municipal de Coimbra, Departamento de Cultura – Gabinete de Arqueologia, Arte e História, Coimbra, 2009
- GÓIS, Damião, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, conforme a primeira edição de 1566, Coimbra, 1949
- *História das Artes Plásticas, Sínteses da Cultura Portuguesa, Europália 91 – Portugal*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1991
- José Bonifácio, *O Patriarca – Sua Vida e Sua Obra*, AAVV, Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais S.A.*, São Paulo, 1963
- LACOMBE, Amélia, *Conhecendo Nossos Clássicos – Gonçalves Dias*, Agir, Rio de Janeiro, 1996
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, 7.ª Edição, Lisboa, 2009
- MELLO, Magno Moraes, *A Pintura de Tectos em Perspectiva no Portugal de D. João V*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998

- *Memória da Amazónia, Alexandre Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – 1783/1792*, Catálogo, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991
- MOISÉS, Massaud, *História da Literatura Brasileira: Das Origens ao Romantismo*, Volume I, Editora Cultrix, 2001
- MORAIS, Francisco, “Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil”, Separata de *Brasília*, Suplemento ao vol. IV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, Coimbra Editora, 1949
- PIMENTEL, António Filipe, “Bibliotecas”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, direcção de José Fernandes Pereira, Coordenação de Paulo Pereira, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1989, pp. 88-92
- PINTO, Manoel de Sousa, *Gonçalves Dias em Coimbra*, Separata da Revista *Biblos*, Janeiro e Fevereiro de 1931, Coimbra Editora, L.^{da}, Coimbra, 1931
- SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa, História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Segundo Volume, s/ data, Lisboa
- SILVA, Jorge Henriques Pais da, e CALADO, Margarida, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Editorial Presença, Lisboa, 2005

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Verbo, Lisboa / São Paulo, 1994
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Esboço de Hum Diccionario Juridico, Theorectico, e Practico, Remissivo às Leis Compiladas, e Extravagantes, por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, Advogado na Casa da Suplicação. Obra Posthuma. Tomo Primeiro*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1825
- TINHORÃO, José Ramos, *Domingos Caldas Barbosa, O Poeta da Viola, da Modinha e do Lundu (1740-1800)*, Editora 34, 2004
- VILHENA, João Jardim de, *José de Seabra da Silva, A Sua Política e o Seu Desterro*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933

INFOGRAFIA

- *A Imprensa da Universidade entre 1537 (transferência definitiva para Coimbra) e 1772 (Reforma Pombalina)*, consultado em 12/04/2011, disponível em:
http://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/historia
- *Brotero, Félix de Avelar, 1744-1828*, consultado em 14/04/2011, disponível em:
<http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?language=pt&menu=3&tabe la=geral>
- *Companhia de Jesus*, consultado em 11/02/2011, disponível em:
[http://www.infopedia.pt/\\$companhia-de-jesus](http://www.infopedia.pt/$companhia-de-jesus)
- *Dalla Bella (1730-c.1823)*, consultado em 13/04/2011, disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p34.html>
- *Do Pátio da Inquisição ao “colégio do Cardeal”*, consultado em 06/06/2011, disponível em:
<http://lusitanianotavel.canalblog.com/archives/2005/09/01/768557.html>
- *Frei Henrique de Coimbra. Primeiro Missionário em Terras de Vera Cruz*, consultado em 15/02/2011, disponível em:
<http://www.instituto-camoes.pt/revista/freihenrique.htm>
- *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*, consultado em 29/07/2011, disponível em:
http://www.grupocoimbra.org.br/coimbra/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=59&lang=br

- *Henriques, Júlio Augusto, 1838-1928*, consultado em 14/04/2011, disponível em:
<http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?menu=4&language=pt&tabela=geral>
- *Hipólito José da Costa*, consultado em 12/07/2011, disponível em:
<http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/museu/hipolito-jose-da-costa/>
- *Igreja Convento de Jesus de Setúbal*, consultado em 19/02/2011, disponível em:
<http://www.guiadacidade.pt/portugal/poi/17285/15/igreja-convento-de-jesus-de-setubal>
- *Igreja de Jesus de Roma*, consultado em 11/02/2011, disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$igreja-de-jesus-de-roma](http://www.infopedia.pt/$igreja-de-jesus-de-roma)
- *José de Anchieta*, consultado em 29/06/2011, disponível em:
<http://educacao.uol.com.br/biografias/jose-de-anchieta.jhtm>
- *Observatório Astronómico, Universidade de Coimbra*, consultado em 20/04/2011, disponível em:
<http://www.astro.mat.uc.pt/novo/observatorio/site/index.html>
- *Padre António Vieira – Escritor, pregador: 1608 - 1697*, consultado em 15/01/2011, disponível em:
http://www.vidaslusofonas.pt/padre_antonio_vieira.htm
- *Seabra da Silva (José)*, Portugal – Dicionário histórico, consultado em 15/06/2011, disponível em:
<http://www.arqnet.pt/dicionario/seabrasilvaj.html>

- “Viagens Filosóficas”, Regina H. Porto Francisco, *Revista Electrónica de Ciências*, n.º 35, Fevereiro de 2007, consultado em 02/04/2011, disponível em:
http://cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_35/aprendendo.html

ÍNDICE

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
A escolha do tema	4
Coimbra Brasileira – Proposta para um Itinerário	13
Coimbra na História do Brasil / Brasileiros na História de Coimbra	14
Frei Henrique de Coimbra e a primeira missa no Brasil	15
José de Anchieta	19
Bartolomeu de Gusmão	21
António José da Silva	23
José de Santa Rita Durão	26
Domingos Caldas Barbosa	28
Francisco de Melo Franco	30
José Bonifácio de Andrada e Silva	32
Silvestre Pinheiro Ferreira	37
Hipólito José da Costa	39
Mentores da Inconfidência Mineira	41
▪ Cláudio Manuel da Costa	43
▪ Tomás António Gonzaga	44
▪ Inácio José Alvarenga Peixoto	46
▪ José da Silva Oliveira Rolim	47
▪ José Álvares Maciel	48
Bernardino Machado	49

Outros brasileiros ilustres	51
O Percurso	53
Mapa	54
1. António Simões Ribeiro e a pintura dos tectos da Casa da Livraria	55
2. O Paço das Escolas e as obras de D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho	61
Planta do Paço das Escolas	64
a) A Via Latina	65
b) As salas do Paço Reitoral	66
c) Os Gerais	67
d) O Observatório Astronómico	68
e) A fachada norte do Paço das Escolas	70
3. As obras dedicadas às Ciências Naturais promovidas por D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho	72
I. O Museu de História Natural	72
▪ O Museu Mineralógico e Geológico	75
▪ O Museu Zoológico	76
II. O Laboratório Chímico	78
4. O padre António Vieira e o Colégio da Companhia de Jesus	80
5. As colecções de História Natural brasileira	85
▪ O Museu Botânico	85
▪ O Museu Antropológico	86
6. O Jardim Botânico	96
7. A Capela dos Estudantes da Baía no Colégio de São José dos Marianos	99

8. Os Palácios Confusos e a residência de António Gonçalves Dias	104
9. A Imprensa da Universidade no claustro da Sé Velha	111
10. A Rua dos Coutinhos	113
11. O padre António Vieira e o Pátio da Inquisição	118
Nota Final	126
Bibliografia	127
Infografia	132
Índice	135